

PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADO

SEMINÁRIO TEÓRICO COMPARATIVO

**A PARTICIPAÇÃO DOS
REVOLUCIONÁRIOS NAS ELEIÇÕES
BURGUESAS**

BLOCO I – ESTADO E REGIME

(Primeiro dia)

BLOCO II – AS CORRENTES DO MOVIMENTO OPERÁRIO

(Segundo dia)

BLOCO I – ESTADO E REGIME

O ESTADO

O ESTADO E A REVOLUÇÃO

V. I. Lenin, 1917

1. O Estado é um produto do antagonismo inconciliável das classes

(...) Resumindo a sua análise histórica, diz Engels:

"O Estado não é, de forma alguma, uma força imposta, do exterior, à sociedade. Não é, tampouco, "a realidade da Idéia moral", "a imagem e a realidade da Razão, como pensa Hegel. É um produto da sociedade numa certa fase do seu desenvolvimento. É a confissão de que essa sociedade se embarçou numa insolúvel contradição interna, se dividiu em antagonismos inconciliáveis de que não pode desvencilhar-se. Mas para que essas classes antagônicas com interesses econômicos contrários não se devorassem e não devorassem a sociedade numa luta estéril, sentiu-se a necessidade de uma força que se colocasse aparentemente acima da sociedade, com o fim de atenuar o conflito nos limites da "ordem". Essa força, que sai da sociedade, ficando, porém, por cima dela e dela se afastando cada vez mais, é o Estado".

Eis, expressa com toda a clareza, a idéia fundamental do marxismo no que concerne ao papel histórico e à significação do Estado. O Estado é o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes. O Estado aparece onde e na medida em que os antagonismos de classes não podem objetivamente ser conciliados. E, reciprocamente, a existência do Estado prova que as contradições de classes são inconciliáveis das classes.

É precisamente sobre esse ponto de importância capital e fundamental que começa a deformação do marxismo, seguindo duas linhas principais.

De um lado, os ideólogos burgueses e, sobretudo, os da pequena burguesia, obrigados, sob a pressão de fatos históricos incontestáveis, a reconhecer que o estado não existe senão onde existem as contradições e a luta de classes, "corrigem" Marx de maneira a fazê-lo dizer que o Estado é o órgão da conciliação das classes. Para Marx, o Estado não poderia surgir nem subsistir se a conciliação das classes fosse possível. Para os professores e publicistas burgueses e para os filisteus despidos de escrúpulos, resulta, ao contrário, de citações complacentes de Marx, semeadas em profusão, que o Estado é um instrumento de conciliação das classes. Para Marx, o Estado é um órgão de dominação de classe, um órgão de submissão de uma classe por outra; é a criação de uma "ordem" que legalize e consolide essa submissão, amortecendo a colisão das classes. Para os políticos da pequena burguesia, ao contrário, a ordem é precisamente a conciliação das classes e não a submissão de uma classe por outra; atenuar a colisão significa conciliar, e não arrancar às classes oprimidas os meios e processos de luta contra os opressores a cuja derrocada elas aspiram. (...)

Em Kautsky¹, a deformação do marxismo é muito mais sutil. "Teoricamente", não nega que o Estado seja o órgão de dominação de uma classe, nem que as contradições de classe sejam inconciliáveis; mas, omite ou obscurece o seguinte: se o Estado é o produto da inconciliabilidade das contradições de classe, se é uma força superior à sociedade, "afastando-se cada vez mais da sociedade", é claro que a libertação da classe oprimida só é possível por meio de uma revolução violenta e da supressão do aparelho governamental criado pela classe dominante e que, pela sua própria existência, "se afasta" da sociedade. (...)

2. Força armada separada, prisões etc.

Contrariamente à antiga organização patriarcal (da tribo ou do clã) – continua Engels – o Estado se caracteriza, em primeiro lugar, pela divisão dos súditos segundo o território.

Essa divisão nos parece "natural", mas representa uma longa luta com a antiga organização patriarcal por clãs ou famílias.

¹ Karl Kautsky (1854-1938) Teórico e dirigente da social democracia alemã.

"O segundo traço característico do Estado é a instituição de um poder público que já não corresponde diretamente à população e se organiza também como força armada. Esse poder público separado é indispensável, porque a organização espontânea da população em armas se tornou impossível desde que a sociedade se dividiu em classes ... Esse poder público existe em todos os Estados. Compreende não só homens armados, como também elementos materiais, prisões e instituições coercivas de toda espécie, que a sociedade patriarcal (clã) não conheceu."

Engels desenvolve a noção dessa "força" que se chama Estado, força proveniente da sociedade, mas superior a ela e que dela se afasta cada vez mais. Em que consiste, principalmente, essa força? Em destacamentos de homens armados que dispõem das prisões etc.

Temos o direito de falar em destacamentos de homens armados, porque o poder público próprio a cada Estado "já não corresponde diretamente" à população armada, isto é, à sua "organização espontânea em armas".

Como todos os grandes pensadores revolucionários, Engels esforça-se por atrair a atenção dos trabalhadores conscientes para o que a medíocre pequena burguesia dominante considera menos digno de atenção, mais banal, consagrado por preconceitos não apenas resistentes, mas, pode-se dizer, petrificados. O exército permanente e a política são os principais instrumentos do poder governamental. Mas, poderia ser de outra forma?

Para a grande maioria dos europeus do fim do século 19, aos quais Engels se dirige e que não viveram nem observaram de perto nenhuma grande revolução, não poderia ser de outra forma. Não compreendem de maneira alguma o que seja a "organização espontânea da população em armas". De onde vem a necessidade de corpos especiais de homens armados (polícia, exército permanente), separados da sociedade e superiores a ela? Os filisteus da Europa ocidental e da Rússia (...) alegam a complicação crescente da vida social, a diferenciação das funções sociais etc.

Essas alegações parecem "científicas" e tranquilizam admiravelmente o bom público, obscurecendo o principal, o essencial: a cisão da sociedade em classes irreconciliavelmente inimigas.

Se essa cisão não existisse, a "organização espontânea da população em armas" se distinguiria certamente, por sua complexidade, por sua técnica etc., da organização primitiva de um bando de macacos armados com pedaços de pau, ou da de homens primitivos ou associados em clãs, mas seria possível.

É, porém, impossível, porque a sociedade civilizada está dividida em classes hostis e irreconciliáveis cujo armamento "espontâneo" provocaria a luta armada. Forma-se o Estado; cria-se uma força especial, criam-se corpos armados, e cada revolução, destruindo o aparelho governamental, põe em evidência como a classe dominante se empenha em reconstituir, a seu serviço, corpos de homens armados, como a classe oprimida se empenha em criar uma nova organização do mesmo gênero, para pô-la ao serviço, não mais dos exploradores, mas dos explorados.

Na passagem citada, Engels coloca teoricamente a questão que, na prática, toda grande revolução põe diante de nós em plena evidência e na escala da ação das massas, ou seja a questão das relações entre os destacamentos "separados" de homens armados e a "organização espontânea da população em armas". (...)

4. "Definhamento" do Estado e revolução violenta

As palavras de Engels sobre o "definhamento" do Estado gozam de tal celebridade, são tão frequentemente citadas, põem tão bem em relevo o fundo da falsificação oportunista do marxismo, que é necessário examiná-las detalhadamente. Citaremos toda a passagem de onde são extraídas:

"O proletariado se apodera da força do Estado e começa por transformar os meios de produção em propriedade do Estado. Por esse meio, ele próprio se destrói como proletariado, abole todas as distinções e antagonismos de classes e, simultaneamente, também o Estado, como Estado. A antiga sociedade, que se movia através dos antagonismos de classe, tinha- necessidade do Estado, isto é, de uma organização da classe exploradora, em cada época, para manter as suas condições exteriores de produção e, principalmente, para manter pela força a classe explorada nas condições de opressão exigidas pelo modo de produção existente (escravidão, servidão, trabalho assalariado). O Estado era o representante oficial de toda a sociedade, a sua síntese num corpo visível, mas só o era como Estado da própria classe que representava em seu tempo toda a sociedade: Estado de cidadãos proprietários de escravos, na antiguidade; Estado da nobreza feudal, na Idade Média; e Estado da burguesia de nossos dias. Mas, quando o Estado se toma, finalmente, representante efetivo

da sociedade inteira, então toma-se supérfluo. Uma vez que não haja nenhuma classe social a oprimir; uma vez que, com a dominação de classe e com a luta pela existência individual, baseada na antiga anarquia da produção, desapareçam as colisões e os excessos que daí resultavam - não haverá mais nada a reprimir; e ,um poder especial de repressão, um Estado, deixa de ser necessário. O primeiro ato pelo qual o Estado se manifesta realmente como representante de toda a sociedade - a posse dos meios de produção em nome da sociedade - é, ao mesmo tempo, o último ato próprio do Estado. A intervenção do Estado nas relações sociais se vai tomando supérflua daí por diante e desaparece automaticamente. O governo das pessoas é substituído pela administração das coisas e pela direção do processo de produção. O Estado não é "abolido": morre. É desse ponto de vista que se deve apreciar a palavra de ordem de "Estado livre do povo", tanto em seu interesse passageiro para a agitação, como em sua definitiva insuficiência científica; é, igualmente, desse ponto de vista que se deve apreciar a reivindicação dos chamados anarquistas, pretendendo que o Estado seja abolido de um dia para o outro."

(...) 1. Logo no início do seu raciocínio, Engels diz que, ao tomar o poder, o proletariado, "por esse meio, abole o Estado como Estado". "Não se costuma" aprofundar o que isso significa. Em geral, despreza-se inteiramente esse pensamento ou se vê nele uma espécie de "fraqueza hegeliana" de Engels. Na realidade, essas palavras significam, em síntese, a experiência de uma das maiores revoluções proletárias, a experiência da Comuna de Paris de 1871, de que falaremos mais detalhadamente no lugar que lhe compete. De fato, Engels fala da "abolição" do Estado burguês pela revolução proletária, ao passo que as suas palavras sobre o definimento e a "morte" do Estado se referem aos vestígios do Estado proletário que subsistem depois da revolução socialista. Segundo Engels, o Estado burguês não "morre"; é "aniquilado" pelo proletariado na revolução. O que "morre" depois dessa revolução é o Estado proletário ou semi-Estado.

2. O Estado é "uma força especial de repressão". Esta notável e profunda definição de Engels é de uma absoluta clareza. Dela resulta que essa "força especial de repressão" do proletariado pela burguesia, de milhões de trabalhadores por um punhado de ricos, deve ser substituída por uma "força especial de repressão" da burguesia pelo proletariado (a ditadura do proletariado). É nisso que consiste a "abolição do Estado como Estado". É nisso que consiste o "ato" de posse dos meios de produção em nome da sociedade. Consequentemente, essa substituição de uma "força especial" (a da burguesia) por outra "força especial" (a do proletariado) não pode equivaler a um "definimento".

(...) O "Estado livre do povo" era o programa e a fórmula corrente dos social-democratas alemães de 1870. Essa fórmula não tem nenhum conteúdo político, não passando de uma pomposa expressão burguesa da idéia de democracia. Engels dispunha-se a "justificar momentaneamente" o seu emprego na agitação, na medida em que essa fórmula aludia legalmente à república democrática. Mas era uma fórmula oportunista, pois exprimia não só uma democracia burguesa mal disfarçada, como também - a incompreensão da crítica socialista do Estado em geral. Nós somos partidários da república democrática como sendo a melhor forma de governo para o proletariado sob o regime capitalista, mas andaríamos mal se esquecêssemos que a escravidão assalariada é o quinhão do povo mesmo na república burguesa mais democrática. (...)

Capítulo II - A experiência de 1848-1851²

2. A Experiência de uma revolução

A propósito da questão do Estado, e estudando os resultados da revolução de 1848-1851, Marx expõe, sobre o ponto que nos interessa, o seguinte raciocínio no *18 de Brumário de Luís Bonaparte*:

"(...) A primeira revolução francesa desenvolveu a centralização. Mas, ao mesmo tempo, precisou aumentar a extensão, as atribuições e o número de auxiliares do poder governamental. Napoleão completou esse mecanismo. A monarquia legítima e a monarquia de julho nada lhe acrescentaram de novo, salvo uma maior divisão do trabalho (...) Por fim, a república parlamentar, na sua luta contra a revolução, viu-se obrigada a reforçar, com suas medidas repressivas, os recursos e a centralização do poder governamental. Todas as

² Série de revoluções burguesas, de caráter democrático, que ocorreram na Europa na metade do século 19. Resultaram no fim de várias monarquias absolutas e no estabelecimento de repúblicas parlamentares ou monarquias constitucionais. Foi o primeiro movimento em que o proletariado apareceu na cena histórica como força independente, que passava a lutar por suas próprias demandas dentro do marco de uma revolução nacional mais ampla. Em vários desses processos, a burguesia enfrentou o proletariado violentamente, para evitar que as revoluções saíssem do seu controle.

subversões aperfeiçoaram essa máquina, em vez de a despedaçarem. Os partidos que, cada qual por seu turno, lutavam pela supremacia, viam no ato de posse desse enorme edifício a presa principal do vencedor".

Nesse notável raciocínio, o marxismo realiza um progresso considerável em relação ao *Manifesto Comunista*. A questão do Estado era ainda posta, no Manifesto, de uma forma muito abstrata, nos termos e expressões mais gerais. Aqui, a questão se põe concretamente e a dedução é inteiramente precisa, bem definida, praticamente tangível: todas as revoluções anteriores não fizeram senão aperfeiçoar a máquina governamental, quando o necessário é abatê-la, quebrá-la.

Essa conclusão constitui o próprio fundo, o essencial da doutrina marxista sobre o Estado. E é precisamente essa coisa essencial que foi não só esquecida pelos partidos social-democratas oficiais dominantes, mas também desnaturada de maneira flagrante (como veremos adiante) pelo mais eminente teórico da II Internacional, Karl Kautsky.

O *Manifesto Comunista* tira as lições gerais da história; essas lições nos fazem ver no Estado o órgão de dominação de uma classe e nos levam necessariamente à conclusão de que o proletariado não poderá derrubar a burguesia sem primeiro ter conquistado o poder político, sem primeiro ter assegurado sua própria dominação política e ter "*se organizado como classe dominante*" e se erigido em Estado - e esse Estado proletário começará a definhir logo em seguida à sua vitória, porque, numa sociedade onde não existam os antagonismos de classes, o Estado é inútil e impossível. No Manifesto não é colocada a questão sobre em quem consiste (do ponto de vista do desenvolvimento histórico) essa substituição do Estado burguês pelo Estado proletário. (...)

Capítulo III - A experiência da Comuna de Paris - Análise de Marx

1. Onde reside o heroísmo da tentativa dos comunardos³

Como se sabe, alguns meses antes da Comuna, no outono de 1870, Marx, pondo de sobreaviso os operários parisienses contra o perigo, demonstrava-lhes que qualquer tentativa para derrubar o governo era uma tolice ditada pelo desespero. Mas quando, em março de 1871, a batalha decisiva foi imposta aos operários e estes a aceitaram, quando a insurreição se tornou um fato consumado, Marx saudou com entusiasmo a revolução proletária. Apesar dos seus sinistros prognósticos, Marx não teimou em condenar por pedantismo um movimento "premature", como o fez o renegado russo do marxismo Plekhanov, de triste memória, cujos escritos instigadores e encorajavam à luta os operários e camponeses em novembro de 1905, e que, depois de dezembro de 1905, gritava como um verdadeiro liberal: "Não deviam pegar em armas!"

Marx não se contentou em entusiasmar-se com o heroísmo dos comunardos, "tomando o céu de assalto", segundo a sua expressão. Muito embora o movimento revolucionário das massas falhasse ao seu objetivo, Marx viu nele uma experiência histórica de enorme importância, um passo para a frente na revolução proletária universal, uma tentativa prática mais importante do que centenas de programas e argumentos. Analisar essa experiência, colher nela lições de tática e submeter à prova a sua teoria, eis a tarefa que Marx se impôs.

A única "correção" que Marx julgou necessário introduzir no Manifesto Comunista, ele a fez segundo a experiência revolucionária dos comunardos de Paris. O último prefácio do Manifesto Comunista, assinado conjuntamente pelos dois autores, data de 24 de junho de 1872. Karl Marx e Friedrich Engels dizem ali que o programa do Manifesto "*está hoje envelhecido em alguns pontos*".

"A Comuna – dizem Marx e Engels – demonstrou especialmente que não basta a classe operária apoderar-se da máquina do Estado para adaptá-la aos seus próprios fins".

(...) Marx e Engels atribuíam tão grande importância a uma das lições fundamentais da Comuna, que a introduziram, como modificação essencial, no Manifesto Comunista.

É bastante característico que seja justamente essa modificação essencial o que os oportunistas deturpam, a tal ponto que sem dúvida os nove décimos, se não os noventa e nove centésimos dos leitores do Manifesto, não perceberam seu alcance. Desta deformação falaremos num dos capítulos seguintes, consagrado especialmente às deformações. Aqui, bastará salientar a "interpretação" corrente, vulgar, da famosa fórmula de Marx por nós citada, segundo a qual a idéia acentuada por Marx seria a do desenvolvimento lento em oposição à conquista do poder etc.

Na realidade, é justamente o contrário. A idéia de Marx é que a classe operária deve quebrar, destruir a "máquina do Estado", não se limitando apenas a assenhorear-se dela.

³ Participantes da Comuna de Paris.

Em 12 de abril de 1871, isto é, precisamente durante a Comuna, Marx escrevia a Kugelmann:

"Reli o último capítulo do meu 18 de Brumário. Afirmando que a revolução em França deve tentar, antes de tudo, não passar para outras mãos a máquina burocrática e militar - como se tem feito até aqui - mas quebrá-la (zerbrechen: a palavra é grifada por Marx no original). Eis a condição preliminar para qualquer revolução popular do continente. Eis também o que tentaram os nossos heróicos camaradas de Paris". (Neue Zeit, XX, p. 709)

Essas palavras – "quebrar a máquina burocrática e militar do Estado" – condensam a grande lição do marxismo a propósito do papel do proletariado revolucionário com relação ao Estado. E é precisamente esta lição que se esquece completamente e que a "interpretação" dominante do marxismo, obra de Kautsky, deturpa completamente!

A DEMOCRACIA BURGUESA, O PARLAMENTO E AS ELEIÇÕES

DEMOCRACIA E REVOLUÇÃO

George Novack, 1977

A democracia burguesa e o parlamento através do tempo

O parlamentarismo tem sido o tipo padrão de governo democrático nos capitalismo mais altamente desenvolvidos. Este sistema coroou o processo histórico pelo qual as forças burguesas se impuseram à velha ordem constituindo outra nova, desde suas bases econômicas até suas formas de governo. O parlamentarismo permitiu às novas classes possuidoras assegurar, manter e alavancar o poder sob a relação de forças mais favorável para exercê-lo.

(...) O parlamento não foi uma criação das massas revolucionárias, como a Comuna de Paris ou os soviets primitivos. Foi modelado gradual e lentamente como instrumento político pelas camadas altas da burguesia, que se viam obrigadas a disputar a supremacia contra a monarquia absoluta pela ala direita e contra os plebeus, pela esquerda. Esta luta em duas frentes opostas produziu a natureza altamente contraditória e ambivalente do sistema parlamentar.

Os dirigentes e ideólogos mais atrevidos da revolução burguesa tiveram que lançar à luz a doutrina democrática da soberania popular como contrapeso ao dogma monárquico da direita de estar governando pela graça de Deus. Era necessário, para desacreditar a legitimação do velho regime, tornar válidas suas próprias exigências de poder, ganhar apoio popular para sua causa e estabelecer o domínio do parlamento. Os princípios essenciais do republicanismo foram assentados em primeiro lugar na Inglaterra durante a grande Rebelião, por Sir Henry Vane⁴ e outros. O definiram como a soberania completa do povo através do governo representativo de uma única assembléia.

Depois no século 18, o filósofo empírico John Locke⁵, apologista da consumada e conservadora revolução burguesa da Inglaterra, chegou a ser o expoente mais influente da hegemonia parlamentar. Em suas duas dissertações sobre o governo se dedicou a refutar a suposta base dos direitos divinos e absolutos do rei e a justificar em seu lugar as exigências da burguesia, que aspirava subordinar o trono à Câmara dos Comuns.

⁴ Vane, Sir Henry (1589-1655): Político inglês de tendências puritanas (religião protestante que refletia os interesses da burguesia inglesa que se opunha à aristocracia católica) foi governador de Massachusetts (1636-1637). Uniu-se ao Parlamento contra Carlos I, rei da Inglaterra decapitado, em 1649, durante a revolução dirigida por Oliver Cromwell. Foi almirante e teve atuação destacada de sua frota contra os holandeses. Suas diferenças com Cromwell o levaram a se afastar da vida pública. Durante a restauração (1661) foi preso e condenado à morte.

⁵ Locke, John (1632-1704): Filósofo inglês e ideólogo do liberalismo, sendo considerado o principal representante do empirismo britânico. Teve como principal obra o "*Segundo Tratado do Governo Civil*". Contemporâneo da Revolução Gloriosa (1688) que consolidou o poder capitalista na Inglaterra, foi um dos principais teóricos do chamado "Contrato Social". Para ele os homens possuem a vida, a liberdade e a propriedade como direitos naturais. Para preservá-los tiveram que deixar seu "estado natural" (a vida primitiva da humanidade) e estabeleceram um contrato entre si, criando o governo e a sociedade civil. Assim os governos teriam por finalidade garantir o respeito aos direitos naturais e, caso não o fizessem, caberia à sociedade civil o direito de rebelião contra o governo tirânico.

Locke ensinava que, segundo as leis da natureza e da razão, o povo era a fonte e a base do poder da sociedade e do Estado. Tanto o trono como o parlamento estavam submetidos a ele e deviam lhe prestar contas. A legislatura não é mais que uma delegação do povo, que tem o direito de tirar ou mudar quando atue contrariamente a seu mandato.

Apoiou o direito de fazer a revolução como garantia de que o governo fosse representativo. Se os representantes violassem a confiança de quem votasse neles, o poder voltava para a sociedade. O povo tem sempre o direito de "criar uma nova forma ou mantendo a velha forma colocá-la em outras mãos, como melhor lhe pareça".

À pergunta: "quem deve ser o juiz quando o príncipe ou o corpo legislativo atuem de forma contrária ao que lhes é confiado? Locke respondia sem vacilar: "o povo deve ser o juiz, porque quem deve julgar a quem deu poderes, ou seu delegado atua bem e de acordo com a confiança nele depositada ou quem o tornou delegado deve, por ter feito, seguir tendo o direito de destituí-lo quando faltar a confiança que lhe foi depositada."

Eram idéias explosivas. Impregnaram o pensamento político progressista ao longo do século 18 e foram usadas como poderosas armas pelos representantes mais intrépidos do campo revolucionário para se opor aos velhos regimes, nas colônias americanas e na França e para derrotá-los. Por isso, Rousseau argumentava que a soberania é depositada inalienavelmente na sociedade como um todo, que mantém a supremacia apesar de qualquer delegação temporária e parcial de seus poderes.

Tom Paine⁶ argumentava que há dois modos irreconciliáveis de governo: o governo por eleição e representação (republicanismo) e o governo pela herança e a sucessão (monarquia e aristocracia). Um é baseado na razão e na igualdade, o outro na ignorância e no privilégio. Em uma república o povo é livre e soberano; em uma monarquia é vítima da superstição, do despotismo, da chantagem e da corrupção.

A democracia colocada pelos teóricos políticos mais radicais e instaurada sob a burguesia não foi uma democracia direta, como a de Atenas, onde as leis eram votadas e as decisões tomadas pelos cidadãos reunidos em assembléias, os mesmos cidadão que depois participariam para levá-las à prática. À exceção dos cantões da Suíça, este tipo de democracia direta e de participação pessoal nas funções públicas só foi revivida e realizada pela burguesia nos momentos auge das comoções revolucionárias, quando os plebeus insurgentes entravam massivamente na luta e intervinham como força decisiva na solução dos acontecimentos.

Mas estas reafirmações da democracia direta foram excepcionais e episódicas, se consumiam ou eram esmagadas com o decair das energias revolucionárias e ao acontecerem as debandadas para a direita no equilíbrio das forças. Onde as instituições democráticas sobreviveram ou foram instaladas depois de acabado os levantes da rebelião popular, tomaram a forma de corpos parlamentares que exerciam as funções de governo como agentes verdadeiros ou supostos da vontade popular. O sistema parlamentar repousa sobre um equilíbrio de forças de classes mais ou menos estabilizado, mas que assegurava a continuidade da dominação e do desenvolvimento capitalista.

(...) As proclamações democráticas mantinham a promessa de que o bem estar da maioria estaria acima dos interesses de qualquer minoria, que as desigualdades e as injustiças de qualquer tipo seriam eliminadas e que o povo possuiria realmente o poder de decidir todas as questões vitais e o usaria. A democracia completa e coerente, vinculada de forma lógica ao princípio da soberania popular, entrava em conflito com os objetivos das classes possuidoras e com a realidade de seu domínio.

Para se livrar de seus antagonistas pré-capitalistas ou mantê-los sob controle, os porta-vozes mais intransigentes da revolução democrática se sentiram obrigados a proclamar todo o poder para o povo. Mas a alta burguesia era uma pequena minoria da sociedade. Como tal não podia consentir em entregar a soberania sem restrições à maioria plebéia. Estão presos a este dilema: "como poderiam reservar a manter o fundamental do domínio dos ricos aparentando cumprir os requisitos formais da soberania popular e da representação democrática e impedir ao mesmo tempo que as massas exercessem o poder em seu próprio benefício?"

A solução ao problema colocado para as classes dirigentes em ascenso foi dando empiricamente, passo a passo, ao longo dos séculos, no curso de intensas lutas sociais e políticas. O parlamentarismo burguês, com ou sem monarquia complacente, emergiu do laboratório da história européia ocidental como o modelo a ser seguido para levar a cabo a dominação dos donos da riqueza sobre o resto da nação, através de formas mais ou menos democráticas.

⁶ Paine, Thomas (1737-1809): inventor, político e intelectual democrata radical britânico. É considerado um dos "pais" fundadores dos Estados Unidos da América.

Duas faces do parlamentarismo

(...) Tais foram as aspirações à igualdade e ao iluminismo que vieram com a primavera da democracia parlamentar. A forma de governo que Jefferson⁷ festejava era um imenso adiantamento em relação à monarquia, ao absolutismo e ao clericalismo. Era mais preferido que qualquer despotismo burguês de tipo militar, pessoal ou fascista. Popularizou as virtudes do governo pelo povo, apesar de ter ficado curto no alcance deste objetivo. "O racionalismo político da democracia", escreveu Trotski, que tinha a vantagem de possuir mais base e mais visão histórica que Jefferson, "foi o logro mais alto da burguesia, revolucionária".

Os princípios declarados do credo democrático - a igualdade, a liberdade, o reconhecimento dos direitos humanos e civis - que foram forjados como armas contra a velha ordem, não eram ficções nem ilusões. Tinham fundas raízes nas exigências do desenvolvimento social. Inclusive em que pese pudessem ser realizados de forma muito inadequada sob condições burguesas, significaram um passo adiante que fez época no progresso humano.

O parlamentarismo foi uma poderosa escola de experiência para as massas. Ao menos em teoria, as fez intervir nos assuntos do Estado, desde tempos imemoriais reservados aos clãs dominantes, às elites burocráticas, aos potentados e aos bem nascidos. Ensinou ao povo que é legítimo ser o poder supremo no território e exercer a supervisão e o controle sobre todos seus funcionários e instituições. Lá onde a democracia burguesa durou o bastante para implantar essas ideias de uma maneira profunda na consciência geral, não puderam ser logo desarraigadas, não importando quão duras foram as repressões ou quão grande foi a perda dos direitos produzidas por uma recaída em regimes não democráticos.

Este condicionamento da mente popular a esperar um governo e direitos democráticos e a insistir em sua consecução foi o aspecto mais progressista do parlamentarismo. Teve efeito inclusive onde o governo parlamentar era incompleto, inclusive segundo seus próprios limites. Na Inglaterra, por exemplo, a Câmara dos Comuns⁸ teve que coexistir com uma monarquia exausta, uma igreja estatal e uma aristocrática Câmara dos Lordes⁹. Os domínios e as colônias não tinham representação ali. O aparato do Estado funcionava na realidade com burocracias profissionais que perpetuavam sua autoridade mediante sua veteranaria e uma estratégia de ocupação de postos.

Além de tais imperfeições, o sistema parlamentar padecia de uma contradição interna. Proclamava o predomínio do povo e não lhe provinha dos meios e métodos necessários para exercer essa suposta soberania. Prometia muito mais do que nunca deu, incluindo seus dias mais gloriosos. A democratização da vida política não podia ir muito longe enquanto os cimentos econômicos da ordem social permanecessem sob o domínio dos proprietários, encabeçados pelos magnatas do capital. Seu controle sobre a economia bloqueava e frustrava cada tentativa de por o processo de decisão política nacional sob controle das massas.

Durante o século que vai desde o final das guerras napoleônicas¹⁰ até a eclosão da Primeira Guerra Mundial, a democracia parlamentar continuou ganhando terreno e se consolidando no Ocidente. Esta instituição foi a beneficiária política fundamental da colossal expansão das forças produtivas capitalistas, que elevaram a burguesia, às posições mais altas e fortaleceram seu controle nos países industrializados.

O parlamento na época da decadência imperialista

Com a chegada de seu sucessor ficou claro que a democracia parlamentar da época burguesa não era mais eterna que seus precursores dos tempos antigos e medievais. Tinha emergido e tinha se estabelecido como o produto político de uma constelação de fatores históricos pertencentes a um capitalismo robusto e em ascenso. A medida que o capitalismo mundial decaiu em seu processo de desintegração encontrou expressão política em um debilitamento paralelo do tipo de governo apropriado a sua melhor época. A agudização da luta de classes não só tornou difícil a instauração de novas democracias parlamentares em países com um desenvolvimento atrasado, como também fez balançar os suportes das instituições democráticas tradicionais.

⁷ Jefferson, Thomas (1743-1826): Foi o principal autor da Declaração de Independência daquele país (04 de julho de 1776), quando então era um jovem jurista. Profundo conhecedor de John Locke, foi também o terceiro presidente dos Estados Unidos (1801-1809).

⁸ Câmara dos Comuns: Câmara baixa do Parlamento do Reino Unido (Inglaterra, Escócia, País de Gales - Grã Bretanha - e Irlanda do Norte) composta por cerca de 650 membros equivalentes a Deputados. Eles são eleitos através do sistema distrital para um mandato de cerca de 5 anos. Cada mandato dura até o Parlamento ser dissolvido para novas eleições.

⁹ Câmara dos Lordes: Câmara alta do parlamento do Reino Unido. O parlamento também inclui a Coroa Britânica (rei ou rainha) e a Câmara dos Comuns. A Câmara dos Lordes não tem um número determinado de membros, mas atualmente conta com 760 lordes. Ela é um corpo não-eleito, formado por 2 arcebispos e 24 bispos da Igreja Anglicana (Lordes Espirituais), e 734 membros da nobreza britânica (Lordes Temporais). Os Lordes Espirituais mantêm-se no cargo enquanto ocuparem suas funções eclesiais, enquanto os Lordes Temporais são vitalícios. Os membros da Casa dos Lordes são às vezes chamados Lordes do Parlamento.

¹⁰ Guerras Napoleônicas: Conflitos armados que se estenderam de 1803 a 1815, opondo a quase totalidade das nações da Europa à França, então governada por Napoleão Bonaparte.

Desta maneira, no prolongado período de transição da supremacia capitalista indiscutível ao poder dos trabalhadores, os regimes parlamentares se viram ameaçados por dois lados opostos: as forças mais raivosamente contrarrevolucionárias pela direita e a mobilização das massas revolucionárias pela esquerda. O estrangulamento da democracia burguesa entre estes dois extremos iria modelar os desenvolvimentos políticos globais a partir de 1917.

TEORIA MARXISTA DO ESTADO

Ernest Mandel, 1977

O Estado burguês: aspecto da realidade diária

Por meio da luta empreendida pelo movimento operário, certas instituições do Estado burguês tornaram-se mais sutis e mais complexas.

O sufrágio só de proprietários foi substituído pelo sufrágio universal, o serviço militar tornou-se obrigatório; todos deviam pagar impostos. O caráter de classe do Estado tornou-se então menos transparente. A natureza do Estado como instrumento do domínio de classe passou a ser menos evidente do que no tempo em que reinava a burguesia clássica, quando as relações entre os diferentes grupos no exercício de funções do Estado eram tão transparentes como na época feudal.

A análise do Estado moderno terá de ser, portanto, um pouco mais complexa; estabeleçamos primeiramente a hierarquia entre as diferentes funções do Estado: Hoje só os mais ingênuos acreditam que o *parlamento governa de fato*, que é senhor do Estado, baseado no sufrágio universal. (Esta ilusão, contudo, está muito espalhada nos países onde o Parlamento é uma instituição criada há pouco).

O poder de Estado é permanente e é exercido por certo número de instituições isoladas e independentes dessa tão mutável e instável influência como é a do sufrágio universal. São estas instituições que devemos analisar se quisermos saber onde reside o verdadeiro poder: "Governos aparecem e governos desaparecem, mas a polícia e os administradores permanecem".

O Estado é, acima de tudo, um conjunto de instituições permanentes: o exército (efetivo e de reserva), a polícia geral, a polícia especial, a polícia secreta, os altos administradores nos departamentos governamentais (os serventuários-chave dos serviços, os corpos de segurança nacional, os juizes etc.) - todos os que estão livres da influência do sufrágio universal.

Este poder executivo é constantemente reforçado. À medida que aparece o sufrágio universal e se vai desenvolvendo certa democratização, aliás, completamente formal, de determinadas instituições representativas, verifica-se que o poder efetivo e real desloca-se dessas instituições para outras que estão cada vez mais afastadas da influência do Parlamento.

Se o rei e os seus funcionários perdem uma série de direitos em favor do Parlamento durante a fase ascendente do parlamentarismo (que principia na obtenção do sufrágio universal), o Parlamento perde uma série contínua de direitos que reverterem para as administrações do Estado, permanentes e inamovíveis. É o fenômeno geral na Europa Ocidental. A atual Quinta República Francesa¹¹ é presentemente o exemplo mais chocante e completo deste fenômeno.

Deveremos considerar esta viragem, esta inversão, como conspiração diabólica contra o sufrágio universal, feita pelos capitalistas?

Estamos em presença de uma realidade objetiva mais profunda: os poderes reais são transferidos do legislativo para o executivo; o poder do executivo é reforçado de maneira permanente e contínua, como resultado de mudanças que também se dão dentro da própria classe capitalista. Este processo começou nos tempos da Primeira Guerra Mundial na maioria dos países beligerantes e desde então tem continuado ininterruptamente.

Mas este fenômeno existiu muitas vezes antes desse tempo. Assim, no Império Alemão, esta prioridade do executivo sobre o legislativo apareceu ao mesmo tempo em que o sufrágio universal. Bismarck¹² e os Junkers¹³ concederam o sufrágio universal para empregarem a classe operária, até certo ponto, como alavanca contra a

¹¹ Quinta República Francesa, aprovada pelo referendo a 22 de setembro de 1958, é a quinta e atual constituição republicana da França, em vigor desde 4 de outubro de 1958. Esta constituição sucedeu à Quarta República, instaurada em 1946, substituindo assim o governo parlamentarista por um sistema semipresidencialista.

¹² Otto von Bismarck (1815-1898), estadista alemão, dirigiu a unificação alemã (1871).

¹³ Junkers: membros da nobreza constituída por grandes proprietários de terras nos estados alemães anteriores e durante o II Reich.

burguesia capitalista assegurando deste modo (naquela sociedade já essencialmente capitalista) a relativa independência do poder executivo exercido pela nobreza prussiana.

Este processo mostra perfeitamente que a igualdade política é mais aparente do que real e que o direito do cidadão ao voto não passa de um mero direito de meter um pedacinho de papel na caixa da assembleia de votos, de tantos em tantos anos. O direito não vai mais longe, nem (sobretudo) alcança os centros reais onde se tomam as decisões e se exerce o poder.

Os monopólios apoderam-se do parlamento

A época clássica do parlamentarismo foi a da livre concorrência. Naqueles tempos, o burguês individual, o industrial, o banqueiro, eram muito fortes como indivíduos. Eram muito independentes, muito livres, dentro dos limites da liberdade burguesa, e podiam arriscar o seu capital no mercado da maneira que desejassem.

Naquela sociedade burguesa atomizada, o Parlamento desempenhou um papel muito útil, objetivo, e até indispensável ao funcionamento tranquilo dos assuntos quotidianos.

De fato, era só no Parlamento que o denominador comum dos interesses da burguesia se podia determinar. Podiam organizar-se dúzias de grupos capitalistas, separados uns dos outros, grupos opostos a outro qualquer por uma quantidade de interesses locais, regionais e corporativos. Estes grupos só podiam unir-se de forma ordenada no Parlamento. (É verdade que também se podiam encontrar no mercado, mas aí era à navalha e não com palavras!). Foi só no Parlamento que uma linha média pôde ser estabelecida, linha de tal ordem que pudesse exprimir os interesses da classe capitalista como um todo.

Porque então era esta a função do Parlamento: servir de lugar comum de reunião onde os interesses coletivos da burguesia pudessem ser formulados. Lembremos que, na época heroica do parlamentarismo, não era só com palavras e votos que o interesse coletivo se manifestava; também usavam os punhos e as pistolas. Não mandou a Convenção¹⁴ milhares de cidadãos à guilhotina, pela mais ínfima das maiorias, essa Convenção, clássico Parlamento burguês da Revolução Francesa?

Mas a sociedade capitalista não permaneceria atomizada. Pouco a pouco, pôde ver-se a organizar-se, a estruturar-se, em concentrações cada vez maiores, de forma cada vez mais centralizada. A livre concorrência desaparece e é substituída por monopólios, por trustes e por grupos capitalistas.

O Parlamento e, mais ainda, o governo de um Estado capitalista, por mais democrático que pareça ser, está atado à burguesia por cadeias douradas que tomam o nome de dívida pública.

Nenhum governo poderia durar mais de um mês sem bater à porta dos bancos para pagar as suas despesas correntes. Se os bancos se recusassem, o governo abriria falência.

São duplas as origens deste fenômeno. Os impostos não entram diariamente nos cofres; as receitas concentram-se em certos períodos do ano, mas as despesas são contínuas. É deste modo que surge a dívida pública a curto prazo.

Este problema não é de solução difícil, mas surge ainda outro problema, muitíssimo mais grave. Todos os modernos Estados capitalistas gastam mais do que recebem. Eis a origem da dívida pública a longo prazo para a qual os bancos e estabelecimentos financeiros adiantam dinheiro a juros elevados. Aqui está uma conexão direta e imediata, um laço diário, entre o Estado e a Alta Finança.

¹⁴ Convenção: Trata-se da Convenção Nacional, produto da transformação da Assembléia Constituinte, por sufrágio universal, e que governou a França de 21 de setembro de 1792 a 26 de outubro de 1795. Neste período houve três Convenções: a primeira Convenção (1792-1873) foi liderada pelos Girondinos, setor da burguesia menos radical. Nesse período por pressão dos setores mais radicais, o rei Luís XVI terminou condenado à morte por traição, sendo guilhotinado em 21 de janeiro de 1793; a segunda Convenção (1793-1794) foi dirigida pelos Montanheses, setor radical que tomavam o assento à "esquerda" na Convenção, e que refletiam os setores mais plebeus da revolução, como os sans-culottes. Em 2 de junho e 1793 ele tomaram a Convenção prendendo os líderes girondinos, inaugurando o período conhecido como de "Terror", por levar à guilhotina, os opositores da revolução. No final desse período, a própria ala radical que o inaugurou terminou sendo guilhotinada por pressão da reação, culminando na execução de Robespierre e Saint-Just, jacobinos e líderes da Montanha. Nesse período foi aprovada uma nova constituição (Constituição do Ano I) que adotou o sufrágio universal; e, por fim, a terceira Convenção, chamada de Termidoriana, numa alusão ao mês do Termidor (calor) do novo calendário adotado após a Revolução. Nesse período a burguesia retomou o controle da situação anulando várias decisões montanhesas. Período de reação em que se instalou o Terror Branco, encabeçado por um movimento de jovens de direita, os muscadins, que perseguiram e executavam líderes radicais.

PREFACIO DE AS LUTAS DE CLASSES NA FRANÇA DE 1848 A 1850 **Friedrich Engels, 1895**

O sufrágio universal existia na França há já muito tempo, mas tinha-se desacreditado devido ao emprego abusivo que o governo bonapartista fizera dele. Depois da Comuna não havia partido operário que o utilizasse. Também na Espanha ele existia desde a República, mas na Espanha a abstenção fora sempre a regra de todos os partidos sérios da oposição. Também na Suíça as experiências com o sufrágio universal não eram de modo algum encorajadoras para um partido operário. Os operários revolucionários dos países latinos tinham-se habituado a ver no sufrágio universal uma ratoeira, um instrumento de logro utilizado pelo governo. Na Alemanha, porém, as coisas eram diferentes. Já o Manifesto Comunista tinha proclamado a luta pelo direito de voto, pela democracia, uma das primeiras e mais importantes tarefas do proletariado militante, e Lassalle¹⁵ retomara este ponto.

Quando Bismarck se viu obrigado a introduzir o direito de voto como único meio de interessar as massas populares pelos seus planos, os nossos operários tomaram imediatamente a coisa a sério e enviaram August Bebel¹⁶ para o primeiro Reichstag¹⁷ Constituinte. E, desde esse dia, têm utilizado o direito de voto de um modo que lhes tem sido útil de mil maneiras e servido de modelo aos operários de todos os países. Para utilizar as palavras do programa marxista francês, transformaram o direito de voto, de "moyen de duperie qu'il a été jusqu'ici, en instrument d'émancipation" (de um meio de logro que tinha sido até aqui, em instrumento de emancipação). E se o sufrágio universal não tivesse oferecido qualquer outro ganho além de nos permitir, de três em três anos, contar quantos somos; de, pelo aumento do número de votos inesperadamente rápido e regularmente constatado, aumentar em igual medida a certeza da vitória dos operários e o pavor dos seus adversários, tornando-se assim no nosso melhor meio de propaganda; a de nos informar com precisão sobre as nossas próprias forças assim como sobre as de todos os partidos adversários e, desse modo, nos fornecer uma medida sem paralelo para as proporções da nossa ação e nos podermos precaver contra a timidez e a temeridade inoportunas; se fosse esta a única vantagem do sufrágio universal isso já era mais que suficiente.

Mas têm muitas outras. Na agitação da campanha eleitoral, forneceu-nos um meio ímpar de entrarmos em contato com as massas populares onde elas ainda se encontram distantes de nós e de obrigar todos os partidos a defender perante todo o povo as suas concepções e ações face aos nossos ataques; além disso, abriu aos nossos representantes uma tribuna no Reichstag, de onde podiam dirigir-se aos seus adversários no Parlamento e às massas fora dele com uma autoridade e uma liberdade totalmente diferentes das que se tem na imprensa e nos comícios. De que serviu ao governo e à burguesia a sua lei anti-socialista¹⁸, se a agitação durante a campanha eleitoral e os discursos socialistas no Reichstag nela abriam brechas continuamente?

Com esta utilização vitoriosa do sufrágio universal entrara em ação um modo de luta totalmente novo do proletariado, modo de luta esse que rapidamente se desenvolveu. Viu-se que as instituições estatais em que a dominação da burguesia se organiza ainda oferecem mais possibilidades através das quais a classe operária pode lutar contra essas mesmas instituições estatais. Assim, participou-se nas eleições para as Dietas¹⁹ provinciais, para os conselhos municipais, para os tribunais de artesãos, disputou-se à burguesia cada lugar quando para o preencher se fazia ouvir uma parte suficiente do proletariado.

¹⁵ Lassalle, Ferdinand (1825- 1864): brilhante orador, dirigente da socialdemocracia. Segundo Marx, Lassalle prestou uma grande contribuição ao movimento operário alemão ao fundar a Associação Geral dos Operários Alemães, em 1863. Amigo de Marx, em 1845 havia aderido à Liga dos Justos (depois Liga dos Comunistas). No entanto, distanciou-se ideologicamente de Marx ao propor o estabelecimento de cooperativas que, impulsionadas e subsidiadas pelo Estado, constituiriam a base de uma nova sociedade. Essas associações e o sufrágio universal eram os principais objetivos programáticos de Lassalle, constituindo-se a base de seu reformismo. A divergência com Marx se aprofundou ao tratar da posição frente ao governo prussiano. Da mesma forma que Marx, entendia que a unificação da Alemanha era progressiva. No entanto, essa compreensão terminou levando-o a apoiar o governo de Bismarck, primeiro ministro prussiano.

¹⁶ August Ferdinand Bebel (1840 – 1913), torneiro mecânico de profissão, foi o principal dirigente político e parlamentar da social democracia alemã no final do século 19 e início do século 20.

¹⁷ Reichstag: instituição do Sacro Império Romano-Germânico e parlamento da Alemanha em diversos períodos de sua história. Ao longo da existência do Sacro Império Romano-Germânico, o Reichstag não foi um parlamento no sentido moderno da palavra. Após a implosão do Sacro-Império em 1806, o termo passou então a ser empregado para designar o parlamento da Constituição de Frankfurt (1849), que não chegou a entrar em vigor, o parlamento da Confederação da Alemanha do Norte (1867 a 1871), e, finalmente, a do Império Alemão, a partir da unificação. Em todos os casos, tratava-se de uma casa legislativa eleita pelo povo, embora com variados graus de autoridade.

¹⁸ Lei implementada por Bismarck em 1890 e que colocava o Partido Social-Democrata Alemão em uma semi-legalidade.

¹⁹ Câmaras ou assembleias legislativas de caráter local na Alemanha.

O PARTIDO COMUNISTA E O PARLAMENTARISMO II Congresso da Internacional Comunista, 1920

A época atual e o novo parlamentarismo

A atitude dos partidos socialistas em relação ao parlamentarismo consistia, inicialmente, na época da I Internacional, em utilizar os Parlamentos burgueses para a agitação. A participação no Parlamento tinha como objetivo desenvolver a consciência de classe do proletariado na sua luta contra as classes dominantes.

Sob a influência da evolução política, e não da teoria, esta atitude foi se modificando. Em virtude do aumento contínuo das forças produtivas e do alargamento do domínio da exploração capitalista, o capitalismo e, com ele, os Estados parlamentares adquiriram uma maior estabilidade. Daí a adaptação da tática parlamentar dos partidos socialistas a ação legislativa "orgânica" nos Parlamentos burgueses e a importância cada vez maior da luta pela introdução de reformas no quadro do capitalismo, o predomínio do programa mínimo dos partidos socialistas, a transformação do programa máximo numa plataforma destinada às discussões sobre "o objetivo final", longínquo. Foi sobre estas bases que se desenvolveu o arrivismo parlamentar, a corrupção, a traição aberta ou camuflada dos interesses mais elementares da classe operária.

A atitude da III Internacional em relação ao parlamentarismo não é determinada por uma nova doutrina, mas pela modificação do papel do próprio Parlamento. Na época precedente, o Parlamento enquanto instrumento do capitalismo, em vias de desenvolvimento, contribuiu, num certo sentido, para o progresso histórico. Mas, nas condições atuais, na época da decadência imperialista, o Parlamento tornou-se, ao mesmo tempo, um instrumento de mentira, de fraude, de violência e um moinho exasperante de palavras. Perante as devastações, as pilhagens, as violências, os atos de banditismo e as destruições levadas a cabo pelo imperialismo, as reformas parlamentares, desprovidas de espírito de continuidade e estabilidade, concebidas sem um plano de conjunto, perderam toda a eficácia prática para as massas trabalhadoras.

Tal como toda a sociedade burguesa, o parlamentarismo perde a sua estabilidade, a passagem do período de crescimento orgânico ao período crítico cria uma nova base à tática do proletariado no domínio parlamentar. Por isso, o partido operário (o Partido Bolchevique) estabeleceu as bases do parlamentarismo revolucionário desde o período precedente, ao perder a Rússia, desde 1905, o seu equilíbrio político e social, para entrar num período de convulsões e de profundas transformações.

Quando certos socialistas inclinados para o comunismo sublinham que a hora da revolução ainda não soou nos seus países e se recusam a romper com os oportunistas parlamentares, baseiam-se, conscientemente ou não, na perspectiva de uma estabilidade relativa e durável da sociedade imperialista pensando, por conseguinte, que uma colaboração com os Turati e os Longuet dará bons resultados práticos nas lutas pelas reformas.

O comunismo deve, pelo contrário, ter por ponto de partida o estudo teórico da nossa época (apogeu do capitalismo, tendência para a sua própria negação e destruição pelo imperialismo, agravamento contínuo da guerra civil etc.). O tipo de relações e dos reagrupamentos políticos pode variar consoante os países, mas a essência do problema é sempre a mesma, em qualquer lado: trata-se para nós da preparação política e técnica direta da insurreição proletária, da destruição do poder de Estado burguês e do estabelecimento de um novo poder de Estado proletário.

O Parlamento não pode ser para os comunistas, atualmente, e em caso algum, o teatro de uma luta por reformas e pela melhoria das condições de vida da classe operária, como outrora. O centro de gravidade da vida política deslocou-se do Parlamento e de forma definitiva. A burguesia, por outro lado, em virtude das suas relações com as massas trabalhadoras e pelas relações complexas que existem no seu seio, é obrigada a fazer passar, de um ou de outro modo, algumas das suas medidas através do Parlamento, onde as diversas camarilhas disputam o poder, manifestam a sua força, as suas fraquezas e os seus compromissos etc.

Deste modo, a tarefa imediata da classe operária é a de arrancar esses aparelhos às classes dirigentes, aniquilá-los, destruí-los e substituí-los pelos novos órgãos do poder proletário. Além disso, o estado-maior da classe operária tem todo o interesse em ter nas instituições parlamentares da burguesia guias que facilitarão a sua obra de destruição.

Vê-se imediata e claramente a diferença essencial da tática dos comunistas que estão no Parlamento com objetivos revolucionários e a dos parlamentares socialistas. Estes começam por reconhecer no regime atual uma certa estabilidade e uma existência indefinida, pretendem obter reformas por todos os meios e têm interesse em que todas as conquistas das massas sejam atribuídas ao parlamentarismo socialista (Turati, Longuet etc.). (...)

Tendo em conta esta situação, o II Congresso da Internacional Comunista apresenta as seguintes teses:

Comunismo, luta pela ditadura do proletariado e utilização dos parlamentos burgueses

1) O governo parlamentar tornou-se a forma "democrática" de dominação da burguesia que, em certo grau do seu desenvolvimento, necessita da ficção de uma representação popular. Aparecendo exteriormente como uma organização da "vontade do povo", acima das classes, é, no entanto, um instrumento de coerção e de opressão nas massas nas mãos do Capital.

2) O parlamentarismo é uma forma determinada de Estado. Por isso não convém de forma nenhuma à sociedade comunista que não conhece nem classes, nem luta de classes, nem qualquer poder governamental.

3) O parlamentarismo não é também a forma do governo "proletário" no período de transição da ditadura da burguesia para a ditadura do proletariado. No momento mais agudo da luta de classes, quando esta se transforma em guerra civil, o proletariado deve, inevitavelmente, construir a sua própria organização governamental como uma organização de combate na qual os antigos representantes das classes dominantes não sejam admitidos; nesta fase, toda a ficção de vontade popular é prejudicial ao proletariado; este não necessita da separação parlamentar dos poderes, que só lhe pode ser nefasta. A República dos Sovietes é a forma da ditadura do proletariado.

4) Os Parlamentos burgueses, que constituem uma das principais engrenagens do aparelho de Estado da burguesia, não podem ser conquistados pelo proletariado tal como o Estado burguês em geral. A tarefa do proletariado é a de fazer explodir o aparelho de Estado da burguesia, destruí-lo, incluindo as instituições parlamentares, quer as das repúblicas quer as das monarquias constitucionais.

5) O mesmo se passa com as instituições municipais da burguesia; e que é teoricamente falso opor aos órgãos de Estado. Na realidade, fazem também parte do aparelho governamental da burguesia e devem ser destruídas e substituídas pelos Sovietes locais de deputados operários.

6) O comunismo recusa-se a ver no parlamentarismo uma das formas da sociedade futura; recusa-se a ver nele a forma da ditadura de classe do proletariado; nega a possibilidade da conquista durável dos Parlamentos; tem por objetivo a abolição do parlamentarismo. Por consequência, não se pode por a questão da utilização das instituições do Estado burguês senão com o objetivo da sua destruição. É neste, e apenas neste sentido, que a questão deve ser encarada. (...)

A REVOLUÇÃO PROLETÁRIA E O RENEGADO KAUTSKY

V. I. Lenin, 1918

Pode haver igualdade entre o explorado e o explorador?

Kautsky raciocina do modo seguinte: "*Os exploradores constituíram sempre apenas uma pequena minoria da população*" (p. 14 do livro de Kautsky).

Isto é uma verdade indiscutível. Como devemos raciocinar a partir desta verdade? Podemos raciocinar como marxistas, como socialistas; então teremos de tomar por base a relação entre explorados e exploradores. Podemos raciocinar como liberais, como democratas burgueses; então teremos de tomar por base a relação entre maioria e minoria.

Se raciocinamos como marxistas, teremos que dizer: os exploradores transformam inevitavelmente o Estado (e trata-se da democracia, isto é, de uma das formas do Estado) em instrumento de domínio da sua classe, da classe dos exploradores sobre os explorados. Por isso, também o Estado democrático, enquanto houver exploradores que dominem sobre uma maioria de explorados, será inevitavelmente uma democracia para os exploradores. O Estado dos explorados deve distinguir-se radicalmente desse Estado, deve ser a democracia para os explorados e a repressão dos exploradores, e a repressão duma classe significa a desigualdade dessa classe, a sua exclusão da "democracia".

Se raciocinamos como liberais, teremos que dizer: a maioria decide, a minoria submete-se. Os insubmissos são castigados. E nada mais. É inútil falar sobre o carácter de classe do Estado em geral ou sobre a "democracia pura" em particular; isso nada tem a ver com a questão, porque a maioria é a maioria e a minoria é a minoria. Uma libra de carne é uma libra de carne, e basta.

Kautsky raciocina precisamente assim:

"*Que motivos há para que a dominação do proletariado tome e tenha de tomar uma forma que é incompatível com a democracia?*" (p. 21).

Segue-se a explicação do porquê que o proletariado tem ao seu lado a maioria, explicação muito circunstanciada e muito palavrosa, e com uma citação de Marx e com números de votos na Comuna de Paris. Conclusão:

"Um regime tão fortemente enraizado nas massas não tem o menor motivo para atentar contra a democracia. Nem sempre poderá evitar a violência nos casos em que a violência for empregue para reprimir a democracia. À violência só se pode responder com a violência. Mas um regime que sabe que tem as massas com ele só usará a violência para defender a democracia, e não para a suprimir. Cometeria um verdadeiro suicídio se quisesse suprimir a sua base mais segura, o sufrágio universal, fonte profunda duma poderosa autoridade moral" (p. 22).

Como se vê, a relação entre explorados e exploradores desapareceu da argumentação de Kautsky. Não resta mais do que a maioria em geral, a minoria em geral, a democracia em geral, a "democracia pura" que já conhecemos.

Note-se que isto é dito a propósito da Comuna de Paris! Para maior evidência, vejamos o que diziam Marx e Engels da ditadura a propósito da Comuna:

Marx: "Quando os operários substituem a ditadura da burguesia pela sua ditadura revolucionária (...) para quebrarem a resistência da burguesia (...), dão ao Estado uma forma revolucionária e transitória"

Engels: *"E o partido que triunfou [na revolução] tem de afirmar o seu domínio por meio do medo que as suas armas inspiram aos reaccionários. E se a Comuna de Paris não se tivesse servido da autoridade de um povo armado contra a burguesia, acaso se teria mantido mais do que um dia? Não podemos, inversamente, censurar-lhe o ter-se servido excessivamente pouco desta autoridade?"*

Também ele: *"Ora como o Estado é, de fato, apenas uma instituição transitória, da qual as pessoas se servem na luta, na revolução para reprimir pela força os adversários, é puro absurdo falar de um Estado popular livre: enquanto o proletariado ainda usa o Estado, usa-o não no interesse da liberdade mas da repressão dos seus adversários, e logo que se pode falar de liberdade, o Estado deixa de existir como tal."*

Entre Kautsky e Marx e Engels há uma distância como do céu à terra, como entre um liberal e um revolucionário proletário. A democracia pura e simplesmente a "democracia" de que fala Kautsky, não é mais do que uma reprodução desse mesmo "Estado popular livre", isto é, um puro absurdo. Com a sapiência de um doutíssimo imbecil de gabinete, ou com a candura duma menina de 10 anos, Kautsky pergunta: para que é necessária a ditadura, quando se tem a maioria? E Marx e Engels explicam-no:

- Para quebrar a resistência da burguesia;
- Para inspirar medo aos reaccionários;
- Para manter a autoridade do povo armado contra a burguesia;
- Para que o proletariado possa reprimir pela violência os seus adversários.

Kautsky não compreende estas explicações. Enamorado da "pureza" da democracia, não vendo o seu carácter burguês, sustenta "Consequentemente" que a maioria, uma vez que é maioria, não tem necessidade de "quebrar a resistência" da minoria, não tem necessidade de a "reprimir pela força" – basta reprimir os casos de violação da democracia. Enamorado da "pureza" da democracia, Kautsky incorre por descuido nesse pequeno erro que sempre cometem todos os democratas burgueses, a saber: aceita a igualdade formal (que é completamente mentirosa e hipócrita no capitalismo) por igualdade de facto! Uma ninharia!

O explorador não pode ser igual ao explorado. Esta verdade, por mais desagradável que seja para Kautsky, é o conteúdo mais essencial do socialismo.

DEMOCRACIA BURGUESA E DEMOCRACIA SOVIÉTICA

TESES SOBRE A DEMOCRACIA BURGUESA E A DITADURA DO PROLETARIADO

I Congresso da Internacional Comunista

V. I. Lenin, 1919

1. O crescimento do movimento revolucionário do proletariado em todos os países provocou esforços convulsivos da burguesia e dos seus agentes nas organizações operárias para encontrarem argumentos ideológico-políticos para defender a dominação dos exploradores. Entre estes argumentos destaca-se particularmente a condenação da ditadura e a defesa da democracia. A falsidade e a hipocrisia de tal argumento, repetido de mil maneiras na imprensa capitalista e na conferência da Internacional Amarela em fevereiro de 1919 em Berna²⁰, são evidentes para todos aqueles que não querem trair as teses fundamentais do socialismo.

2. Antes de mais, este argumento utiliza os conceitos de "democracia em geral" e "ditadura em geral", sem colocar a questão de saber de que classe se trata. Tal formulação da questão, à margem das classes ou acima das classes, pretensamente do ponto de vista de todo o povo, é debochar descaradamente da doutrina fundamental do socialismo, a saber, a doutrina da luta de classes, que os socialistas que se passaram para o lado da burguesia reconhecem em palavras mas esquecem de fato. Porque em nenhum país capitalista civilizado existe a "democracia em geral", existe apenas a democracia burguesa, e não se trata de "ditadura em geral", mas de ditadura da classe oprimida, isto é, do proletariado, sobre os opressores e exploradores, isto é, sobre a burguesia, com o objetivo de superar a resistência oposta pelos exploradores na luta pela sua dominação.

3. A história ensina que nenhuma classe oprimida nunca alcançou a dominação nem podia alcançar a dominação sem passar por um período de ditadura, isto é, sem conquistar o poder político e esmagar pela força a resistência mais desesperada, mais raivosa, que não se detém perante nenhum crime, que os exploradores sempre opuseram. A burguesia, cuja dominação é hoje defendida pelos socialistas que falam contra a "ditadura em geral" e defendem com ardor a "democracia em geral", conquistou o poder nos países avançados à custa de uma série de insurreições e guerras civis, da repressão violenta dos reis, dos senhores feudais, dos proprietários de escravos e das suas tentativas de restauração. Nos seus livros e brochuras, nas resoluções dos seus congressos e nos seus discursos de agitação, os socialistas de todos os países explicaram milhares e milhões de vezes ao povo o caráter de classe destas revoluções burguesas, desta ditadura burguesa. Por isso, a atual defesa da democracia burguesa sob a forma de discursos sobre a "democracia em geral", e os actuais berros e gritos contra a ditadura do proletariado sob a forma de gritos sobre a "ditadura em geral", são uma traição descarada ao socialismo, a passagem efetiva para o lado da burguesia, a negação do direito do proletariado à sua revolução, à revolução proletária, são a defesa do reformismo burguês exatamente no momento histórico em que o reformismo burguês fracassou em todo o mundo e em que a guerra criou uma situação revolucionária.

4. Todos os socialistas, ao explicar o caráter de classe da civilização burguesa, da democracia burguesa, do parlamentarismo burguês, expressaram o pensamento que Marx e Engels formularam com a máxima precisão científica ao dizerem que a república burguesa mais democrática não é mais do que uma máquina para a repressão da classe operária pela burguesia, da massa dos trabalhadores por um punhado de capitalistas. Não há um único revolucionário, um único marxista entre os que hoje gritam contra a ditadura e a favor da democracia, que não tenha jurado e trejurado que reconhece esta verdade fundamental do socialismo; mas agora, quando o proletariado revolucionário entra em efervescência e em movimento para destruir esta máquina de opressão e para conquistar a ditadura proletária, estes traidores do socialismo apresentam as coisas como se a burguesia tivesse oferecido aos trabalhadores a "democracia pura", como se a burguesia tivesse renunciado à resistência e

²⁰ Conferência de Berna: a primeira conferência dos partidos sociais-chauvinistas e centristas, no período do pós-guerra, convocada com o objetivo de restauração da II Internacional; realizou-se em Berna (Suíça) em 3-10 de fevereiro de 1919. A questão da democracia e da ditadura foi uma das principais questões da conferência, que aprovou uma resolução saudando a Revolução Russa, mas condenando, de fato, a ditadura do proletariado.

estivesse disposta a submeter-se à maioria dos trabalhadores, como se na república democrática não tivesse havido e não houvesse qualquer máquina de Estado para a repressão do trabalho pelo capital.

5. A Comuna de Paris, à qual prestam homenagem todos aqueles que querem fazer-se passar por socialistas, pois sabem que as massas operárias simpatizam ardente e sinceramente com ela, mostrou com particular evidência o carácter historicamente condicionado e o valor limitado do parlamentarismo burguês e da democracia burguesa, instituições altamente progressistas em comparação com a Idade Média, mas que exigem inevitavelmente uma mudança radical na época da revolução proletária. Foi precisamente Marx que avaliou melhor que ninguém a importância histórica da Comuna, que mostrou, ao analisá-la, o carácter explorador da democracia burguesa e do parlamentarismo burguês, sob os quais as classes oprimidas têm o direito de decidir, de tantos em tantos anos, que representante das classes possuidoras irá "representar e reprimir" (ver und zertreten) o povo no parlamento. É exatamente agora, quando o movimento soviético, estendendo-se a todo o mundo, prossegue à vista de todos a causa da Comuna, que os traidores do socialismo esquecem a experiência concreta e as lições concretas da Comuna de Paris, repetindo a velha cantilena burguesa da "democracia em geral". A Comuna não foi uma instituição parlamentar.

6. A importância da Comuna consiste, além disso, em que tentou aniquilar, destruir até aos alicerces, o aparelho do Estado burguês, o aparelho burocrático, judicial, militar e policial, substituindo-o por uma organização autônoma de massas dos operários, que não conhecia a separação entre o poder legislativo e o executivo. Todas as repúblicas democráticas burguesas contemporâneas, incluindo a alemã, a qual os traidores ao socialismo, escarnecendo da verdade, chamam proletária²¹, conservam esse aparelho de Estado. Deste modo, confirma-se uma vez mais com toda a evidência que os gritos em defesa da "democracia em geral" constituem de fato a defesa da burguesia e dos seus privilégios exploradores. (...)

9. A história dos séculos 19 e 20 mostrou-nos, ainda antes da guerra, o que é de fato a celebrada "democracia pura" sob o capitalismo. Os marxistas sempre disseram que quanto mais desenvolvida e mais "pura" é a democracia, tanto mais descoberta, aguda e implacável se torna a luta de classes, tanto mais "puros" se revelam o jugo do capital e a ditadura da burguesia. O caso Dreyfus²² na França republicana, os massacres sangrentos pelos destacamentos mercenários, armados pelos capitalistas, dos grevistas na livre e democrática república da América — estes fatos e milhares de outros semelhantes mostram a verdade que a burguesia procura em vão esconder, isto é, que nas repúblicas mais democráticas imperam de fato o terror e a ditadura da burguesia, que se manifestam abertamente sempre que começa a aparecer aos exploradores que o poder do capital vacila.

10. A guerra imperialista de 1914-1918 revelou definitivamente mesmo aos operários atrasados o verdadeiro carácter da democracia burguesa, mesmo nas repúblicas mais livres, como ditadura da burguesia. Para o enriquecimento do grupo alemão ou inglês de milionários ou multimilionários foram mortos dezenas de milhões de homens, e nas repúblicas mais democráticas foi instaurada a ditadura militar da burguesia. Esta ditadura militar mantém-se nos países da Entente²³ mesmo depois da derrota da Alemanha. Foi precisamente a guerra que mais abriu os olhos aos trabalhadores, que arrancou as falsas flores da democracia burguesa e mostrou ao povo todo o abismo de especulação e de lucro durante a guerra e à custa da guerra. A burguesia conduziu esta guerra em nome "da liberdade e da igualdade", os fornecedores de guerra enriqueceram de modo inaudito em nome "da liberdade e da igualdade". Nenhum esforço da Internacional amarela de Berna ocultará às massas o carácter explorador, hoje completamente desmascarado, da liberdade burguesa, da igualdade burguesa, da democracia burguesa.

11. No país capitalista mais desenvolvido do continente europeu, a Alemanha, logo nos primeiros meses de liberdade republicana, trazida pela derrota da Alemanha imperialista, mostraram aos operários alemães e a todo o mundo em que consiste a verdadeira essência de classe da república democrática burguesa. O assassinato de Karl Liebknecht e de Rosa Luxemburgo é um acontecimento de importância histórica mundial não só porque

²¹ Neste período o SPD alemão (Partido Socialista) se encontra à frente do governo alemão, dirigindo o Estado sobre a base da autoridade dos soviets surgidos da revolução de novembro de 1918.

²² Dreyfus, Alfred (1859-1935): oficial judeu do Estado-Maior General francês condenado à prisão perpétua em 1894 sob uma falsa acusação de alta traição. Em resultado da campanha conduzida em sua defesa pela classe operária e pela intelectualidade progressista, Dreyfus foi perdoado em 1899 e reabilitado em 1906.

²³ Aliança militar entre Inglaterra, França e Rússia para enfrentar a Alemanha e a Áustria-Hungria na Primeira Guerra Mundial

morreram tragicamente os melhores elementos e chefes da Internacional Comunista, verdadeiramente proletária, mas também porque se revelou plenamente a essência de classe de um Estado europeu avançado – pode dizer-se sem exagero: de um Estado avançado à escala mundial. Se pessoas presas, isto é, colocadas pelo poder de Estado sob a sua proteção, puderam ser assassinadas impunemente por oficiais e capitalistas, existindo um governo de sociais-patriotas, conseqüentemente a república democrática em que tal coisa foi possível é uma ditadura da burguesia. As pessoas que exprimem a sua indignação a propósito do assassinio de Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo, mas não compreendem esta verdade, revelam com isto apenas a sua estupidez ou a sua hipocrisia. A "liberdade" numa das repúblicas mais livres e avançadas do mundo, na república alemã, é a liberdade de assassinar impunemente os chefes do proletariado detidos. E não pode ser de outro modo enquanto se mantiver o capitalismo, pois o desenvolvimento da democracia não suaviza, mas sim agudiza a luta de classes, que, em virtude de todos os resultados e influências da guerra e das suas conseqüências, atingiu o ponto de ebulição.

Em todo o mundo civilizado os bolcheviques são atualmente deportados, perseguidos, encarcerados, como, por exemplo, numa das repúblicas burguesas mais livres, na Suíça; na América organizam-se pogroms contra os bolcheviques etc. Do ponto de vista da "democracia em geral" ou da "democracia pura" é perfeitamente ridículo que países avançados, civilizados, democráticos, armados até aos dentes, receiem a presença neles de algumas dezenas de pessoas vindas da Rússia atrasada, faminta e arruinada, que em dezenas de milhões de exemplares os jornais burgueses chamam de selvagem, criminoso etc. É claro que a situação social que pode engendrar tão gritante contradição é de fato a ditadura da burguesia.

12. Em tal estado de coisas, a ditadura do proletariado é não só inteiramente legítima como meio de derrubar os exploradores e reprimir a sua resistência, mas também absolutamente necessária para toda a massa dos trabalhadores como única defesa contra a ditadura da burguesia, que conduziu à guerra e prepara novas guerras.

A coisa principal que os socialistas²⁴ não compreendem, e que constitui a sua miopia teórica que os torna prisioneiros dos preconceitos burgueses, que constitui a sua traição política em relação ao proletariado, é que na sociedade capitalista, quando há uma agudização minimamente séria da luta de classes que está na sua base, não pode haver meio termo, nada que não seja a ditadura da burguesia ou a ditadura do proletariado. Qualquer sonho com uma terceira via é uma lamentação reacionária de pequeno burguês. (...)

13. Outro erro teórico e político dos socialistas consiste na incompreensão de que as formas da democracia se modificaram inevitavelmente ao longo dos séculos, a partir dos seus germes na antiguidade, à medida que uma classe dominante ia sendo substituída por outra. Nas antigas repúblicas da Grécia, nas cidades da Idade Média, nos países capitalistas avançados, a democracia tem diferentes formas e um diferente grau de aplicação. Seria o maior absurdo pensar que a revolução mais profunda da história da humanidade, a passagem pela primeira vez no mundo do poder da minoria dos exploradores para a maioria dos explorados, possa verificar-se dentro dos velhos limites da velha democracia burguesa, parlamentar, possa verificar-se sem as mudanças mais radicais, sem a criação de novas formas de democracia, de novas instituições que encarnem as novas condições da sua aplicação, etc.

14. O que há de semelhante entre a ditadura do proletariado e a ditadura das outras classes é que ela é provocada, como qualquer outra ditadura, pela necessidade de reprimir pela força a resistência da classe que perde a dominação política. A diferença fundamental entre a ditadura do proletariado e a ditadura das outras classes — a ditadura dos latifundiários na Idade Média, a ditadura da burguesia em todos os países capitalistas civilizados — consiste em que a ditadura dos latifundiários e da burguesia foi a repressão pela violência da resistência da imensa maioria da população, isto é, os trabalhadores. A ditadura do proletariado, pelo contrário, é a repressão violenta da resistência dos exploradores, isto é, uma ínfima minoria da população, os latifundiários e os capitalistas.

Daqui decorre, por sua vez, que a ditadura do proletariado deve inevitavelmente trazer consigo não só a modificação das formas e das instituições da democracia, falando em geral, mas precisamente uma sua modificação que possibilite um alargamento nunca visto no mundo da utilização efectiva da democracia por parte dos oprimidos pelo capitalismo, por parte das classes trabalhadoras.

²⁴ Refere-se aos partidos socialistas, e não aos adeptos das ideias socialistas em geral.

E, com efeito, essa forma da ditadura do proletariado, que foi já elaborada de fato, isto é, o Poder Soviético na Rússia, o Räte-System²⁵ na Alemanha, os Shop Stewards Committees²⁶ e outras instituições soviéticas análogas em outros países, todas elas significam e realizam precisamente para as classes trabalhadoras, isto é, para a imensa maioria da população, uma possibilidade efetiva de gozar os direitos e as liberdades democráticas como nunca existiu, nem mesmo aproximadamente, nas melhores e mais democráticas repúblicas burguesas.

A essência do Poder Soviético consiste em que a base permanente e única de todo o poder de Estado, de todo o aparelho do Estado, é a organização sólida precisamente das classes que eram oprimidas pelo capitalismo, isto é, dos operários e dos semiproletários (camponeses que não exploram trabalho alheio e que recorrem permanentemente à venda, ainda que apenas em parte, da sua força de trabalho). Precisamente as massas que, mesmo nas repúblicas burguesas mais democráticas, sendo iguais em direitos perante a lei, eram de fato afastadas, por mil processos e subterfúgios, da participação na vida política e do gozo dos direitos e liberdades democráticas, são hoje chamadas à participação permanente e necessária, e além disso decisiva, na direcção democrática do Estado.

15. A igualdade dos cidadãos independentemente do sexo, religião, raça, nacionalidade, que a democracia burguesa prometeu em toda a parte e sempre, mas que não realizou em parte alguma nem podia realizar devido à dominação do capitalismo, realiza-a imediata e plenamente o Poder Soviético, ou ditadura do proletariado, pois só está em condições de o fazer o poder dos operários, que não estão interessados na propriedade privada dos meios de produção nem na luta para os repartir uma e outra vez.

16. A velha democracia, isto é, a democracia burguesa, e o parlamentarismo foram organizados de modo a afastar, mais que ninguém, precisamente as massas dos trabalhadores do aparelho de administração. O Poder Soviético, isto é, a ditadura do proletariado, está organizado, pelo contrário, de modo a aproximar as massas dos trabalhadores do aparelho de administração. Tal é igualmente o objectivo da união dos poderes legislativo e executivo na organização soviética do Estado e da substituição dos círculos eleitorais territoriais pelas unidades de produção, como as fábricas.

17. O exército não foi um aparelho de repressão apenas nas monarquias. Continua a sê-lo também em todas as repúblicas burguesas, mesmo nas mais democráticas. Só o Poder Soviético, como organização estatal permanente precisamente das classes que eram oprimidas pelo capitalismo, está em condições de destruir a subordinação do exército ao comando burguês e de fundir efetivamente o proletariado com o exército, de realizar efectivamente o armamento do proletariado e o desarmamento da burguesia, sem o que é impossível a vitória do socialismo.

18. A organização soviética do Estado está adaptada ao papel dirigente do proletariado, como classe mais concentrada e mais instruída pelo capitalismo. A experiência de todas as revoluções e de todos os movimentos das classes oprimidas, a experiência do movimento socialista mundial, ensinam-nos que só o proletariado está em condições de reunir e conduzir atrás de si as camadas dispersas e atrasadas da população trabalhadora e explorada.

19. Só a organização soviética do Estado está em condições de demolir efetivamente de um só golpe e de destruir definitivamente o velho aparelho burocrático e judicial, isto é, o aparelho burguês, que se manteve e que devia inevitavelmente manter-se sob o capitalismo, mesmo nas repúblicas mais democráticas, e que constitui de fato o maior entrave à realização da democracia para os operários e os trabalhadores. A Comuna de Paris deu o primeiro passo de importância histórica mundial neste caminho, o Poder Soviético deu o segundo.

20. A supressão do poder de Estado é o objetivo que se colocaram todos os socialistas, Marx incluído e à cabeça. A verdadeira democracia, isto é, a igualdade e a liberdade, é irrealizável sem a realização deste objetivo. Mas só a democracia soviética ou proletária conduz na prática a este objectivo porque, chamando as

²⁵ "Sistema de comitês", organizações de tipo soviético da Revolução Alemã de 1918-1919.

²⁶ Comitês de Delegados de Fábrica: organizações operárias eletivas que existiram na Inglaterra numa série de ramos da indústria e particularmente difundidas durante a Primeira Guerra Mundial. Os comitês, em contraposição aos sindicatos conciliadores, que aplicavam uma política de "paz civil" e de renúncia à luta grevista, defenderam os interesses e reivindicações das massas operárias, dirigiram greves e fizeram propaganda contra a guerra. Os delegados agrupavam-se em comitês de fábrica, de região e locais. Em 1916 constituiu-se a organização nacional dos delegados de fábrica e dos comitês operários. Refluíram após a Guerra.

organizações de massas dos trabalhadores à participação permanente e necessária na administração do Estado, começa a preparar imediatamente a extinção completa de todo o Estado.

21. A bancarrota total dos socialistas que se reuniram em Berna, a sua absoluta incompreensão da nova democracia, isto é, da democracia proletária, é particularmente visível no seguinte: Em 10 de fevereiro de 1919, Branting²⁷ encerrou em Berna a Conferência Internacional da Internacional Amarela. Em 11 de fevereiro de 1919 em Berlim, no jornal *Die Freiheit* dos seus partidários, foi publicado um apelo do partido dos "independentes" ao proletariado²⁸. Neste apelo reconhece-se o caráter burguês do governo de Scheidemann²⁹, censura-se-lhe o desejo de abolir os soviets, aos quais se chama "Trager und Schiitzer der Revolution" (portadores e defensores da revolução) e faz-se a proposta de legalizar os soviets, de lhes dar direitos estatais, de lhes dar o direito de suspender as decisões da Assembleia Nacional, submetendo-as à votação de todo o povo.

Tal proposta é a completa falência ideológica dos teóricos que defendem a democracia e não compreendem o seu caráter burguês. A ridícula tentativa de unir o sistema dos soviets, isto é, a ditadura do proletariado, com a Assembleia Nacional [parlamento], isto é, com a ditadura da burguesia, desmascara por completo tanto a pobreza de pensamento dos socialistas e sociais-democratas amarelos como o seu reacionarismo político de pequeno-burgueses e as suas covardes concessões à força irresistivelmente crescente da nova democracia, da democracia proletária. (...)

A DEMOCRACIA BURGUESA E O PARTIDO REVOLUCIONÁRIO

UMA ENTREVISTA COM LEON TROTSKI

Mateo Fossa, 1938

Fossa: Qual será o efeito da guerra sobre a luta da Espanha e sobre o movimento operário internacional?

Trotsky: Para compreender corretamente a natureza dos próximos acontecimentos devemos antes de mais nada demonstrar a teoria falsa e completamente equivocada segundo a qual a próxima guerra será uma guerra entre o fascismo e a "democracia. Nada é mais falso e mais estúpido do que essa idéia. As "democracias" imperialistas estão divididas por causa das contradições dos seus interesses em todo o mundo. (...) A nova guerra terá um caráter de rapina imperialista muito mais claro do que de 1914-1918³⁰. Os imperialistas não lutam por princípios políticos, mas por mercados, colônias, matérias primas, pela hegemonia sobre o mundo e sobre suas riquezas.

A vitória de qualquer um dos campos imperialistas representaria a escravidão definitiva de toda a humanidade, o fortalecimento da submissão de colônias existentes, dos povos fracos e atrasados, entre eles os da América Latina. A vitória de qualquer um dos campos imperialistas representará a escravidão, a desgraça, a miséria, a decadência da cultura humana.

Qual é a saída, você me pergunta? Pessoalmente, não tenho dúvidas de que a nova guerra provocará uma revolução internacional contra a dominação das camarilhas imperialistas sobre a humanidade. Durante a guerra todas as diferenças entre "democracia imperialista" e o fascismo desaparecerão. Em todos os países uma ditadura militar impiedosa reinará. Os operários e camponeses alemães morrerão da mesma forma que os franceses e ingleses.

²⁷ Branting, Karl Hjalmar (1860-1925): dirigente oportunista do Partido Social-Democrata da Suécia e um dos dirigentes da II Internacional. Durante a Primeira Guerra Mundial adotou uma posição social-chauvinista. apoiou a intervenção militar estrangeira contra a Rússia Soviética.

²⁸ Refere-se ao USPD (Partido Social-Democrata Independente da Alemanha), que era um racha centrista do SPD fundado em 1917 e dirigido por Kautsky.

²⁹ Scheidemann, Philipp (1865-1939): Um dos dirigentes da ala extrema direita da social-democracia alemã. Desde fevereiro até junho de 1919 presidiu ao governo burguês alemão. Reprimiu ferozmente o movimento operário.

³⁰ Primeira Guerra Mundial.

Os modernos instrumentos de destruição são tão aperfeiçoados que a humanidade provavelmente não será capaz de resistir à guerra mais do que alguns meses. O desespero, a indignação, o ódio levarão as massas de todos os países em guerra a uma insurreição armada. A revolução socialista é inevitável. A vitória do proletariado mundial acabará com a guerra e resolverá dessa forma o problema espanhol, assim como todos os problemas atuais da Europa e de outras partes do mundo.

Esses "dirigentes" da classe operária querem atrelar o proletariado ao tanque de guerra do imperialismo, coberto com a máscara da "democracia", são hoje os piores inimigos e os traidores diretos dos trabalhadores. Nós devemos ensinar os operários a odiar e a desprezar os agentes do imperialismo, pois eles envenenam a consciência dos trabalhadores; nós devemos explicar aos operários que o fascismo é apenas uma das formas do imperialismo, que nós não devemos lutar contra os sintomas exteriores da doença mas contra suas causas orgânicas, ou seja, contra o capitalismo.

O MARXISMO EM NOSSO TEMPO – O PENSAMENTO VIVO DE KARL MARX

Leon Trotsky, 1939

A burguesia das metrópoles se viu em condições de assegurar uma posição privilegiada para seu próprio proletariado, especialmente para as camadas superiores, mediante o pagamento com lucros excedentes obtidos nas colônias. Sem isso, teria sido completamente impossível qualquer tipo de regime democrático estável. Em sua manifestação mais desenvolvida a democracia burguesa foi, e continua sendo, uma forma de governo unicamente acessível às nações mais aristocráticas e mais exploradoras. A antiga democracia baseava-se na escravidão; a democracia imperialista baseia-se na exploração das colônias.

Os Estados Unidos, que na forma quase não têm colônias, são, no entanto, a nação mais privilegiada da história. Os ativos imigrantes chegados da Europa tomaram posse de um continente excessivamente rico, exterminaram a população nativa, ficaram com a melhor parte do México e embolsaram a maior parte da riqueza mundial. Os depósitos de gordura que acumularam então continua lhes sendo útil ainda na época da decadência, pois lhes serve para azeitar as engrenagens e as rodas da democracia.

Tanto a recente experiência histórica, quanto a análise teórica testemunham que a velocidade do desenvolvimento de uma democracia e sua estabilidade estão na proporção inversa da tensão das contradições de classe. Nos países capitalistas menos privilegiados (Rússia, por um lado, Alemanha, Itália etc., por outro) incapazes de engendrar uma aristocracia operária numerosa e estável, a democracia nunca se desenvolveu em toda sua extensão e sucumbiu à ditadura com relativa facilidade. Ainda assim, a contínua paralisia progressiva do capitalismo prepara a própria sorte das democracias privilegiadas e mais ricas. A única diferença está na data. A incontida deterioração nas condições de vida dos trabalhadores torna cada vez menos possível para a burguesia conceder às massas o direito de participar na vida política, mesmo dentro do limitado quadro do parlamentarismo burguês. Qualquer outra explicação do processo manifesto do desalojamento da democracia pelo fascismo é uma falsificação idealista das coisas tais como elas são, quer seja engano ou auto-engano.

Enquanto destrói a democracia nas velhas metrópoles do capital, o imperialismo impede ao mesmo tempo a ascensão da democracia nos países atrasados. O fato de que na nova época nem uma única das colônias ou semicolônias tenha realizado uma revolução democrática — principalmente no campo das relações agrárias — deve-se inteiramente ao imperialismo, que se converteu no principal obstáculo para o progresso econômico e político. Espoliando a riqueza natural dos países atrasados e restringindo deliberadamente seu desenvolvimento industrial independente, os magnatas monopolistas e seus governos concedem simultaneamente seu apoio financeiro, político e militar aos grupos semifeudais mais reacionários e parasitas de exploradores nativos. A barbárie agrária artificialmente conservada é, hoje em dia, a praga mais sinistra da economia mundial contemporânea. A luta dos povos coloniais por sua libertação, passando por cima das etapas intermediárias, transforma-se na necessidade da luta contra o imperialismo e, desse modo, está em consonância com a luta do proletariado nas metrópoles. Os levantes e as guerras coloniais, por sua vez, fazem tremer, mais que nunca, as bases fundamentais do mundo capitalista e tornam menos possível que nunca o milagre de sua regeneração.

UM PASSO RUMO AO SOCIAL-PATRIOTISMO³¹

(Sobre a posição da Quarta Internacional contra a guerra e o fascismo)

Leon Trotski, 1939

(...) Por si só, uma vitória sobre os exércitos de Hitler e Mussolini significa apenas uma derrota militar da Alemanha e Itália, e de nenhuma maneira o colapso do fascismo. Nossos autores admitem que o fascismo é um produto inevitável do capitalismo decadente, na medida em que o proletariado não substitui a tempo a democracia burguesa. Como então uma vitória militar das democracias decadentes sobre Alemanha e Itália pode liquidar o fascismo, mesmo que seja somente por um período limitado? Se existisse algum fundamento para acreditar que uma nova vitória da velha (já um pouco senil) e conhecida Entente³² (exceto Itália) pode produzir resultados tão milagrosos, ou seja, contradizer as leis socio-históricas, então não apenas seria necessário "desejar" essa vitória, como fazer tudo o que esteja a nosso alcance para provocá-la. Em tal caso, os social-patriotas anglo-franceses teriam razão. Na verdade, eles têm muito menos razão hoje do que tiveram há 25 anos ou, para ser mais preciso, estão cumprindo na atualidade um papel infinitamente mais reacionário e infame.

Se há possibilidades – e sem dúvida há – de que a derrota da Alemanha e Itália – sempre que exista um movimento revolucionário – possa conduzir a um colapso do fascismo, por outro lado, há possibilidades mais próximas e imediatas de que a vitória da França possa aplicar o golpe final à corroída democracia, especialmente se isso ocorrer com o apoio político do proletariado francês. Por outro lado, a unidade do imperialismo britânico e francês, a vitória da reação militar-fascista francesa e o fortalecimento do domínio da Grã-Bretanha sobre a Índia e outras colônias servirão de apoio para a mais funesta reação na Alemanha e Itália. Caso triunfem, França e Inglaterra farão tudo o que estiver a seu alcance para salvar Hitler e Mussolini, e deter o "caos". A revolução proletária pode, claro, corrigir tudo isso. Mas a revolução precisa ser ajudada, não obstruída. É impossível ajudar a revolução alemã se não se coloca em ação os princípios do internacionalismo revolucionário nos países que lutam contra ela.

(...) Sim, nós não somos pacifistas; estamos pela guerra revolucionária. Mas a classe operária tcheca³³ não tinha o menor direito de confiar a direção da guerra “contra o fascismo” aos senhores capitalistas, que em poucos dias mudaram facilmente sua coloração e se transformaram em fascistas e semifascistas. Em todas as "democracias" as transformações e recolorações deste tipo por parte das classes governantes estarão na ordem do dia durante a guerra. É por isso que o proletariado se arruinaria se tentasse decidir sua linha política em função de rótulos formais e instáveis como "pelo fascismo" ou "contra o fascismo".

A política que tenta atribuir ao proletariado a impossível tarefa de evitar os perigos criados pela burguesia e sua política de guerra é inútil, falsa e mortalmente perigosa. "Mas o fascismo poderia triunfar!", "Mas a URSS está ameaçada!", "Mas a invasão de Hitler significaria a matança de trabalhadores!", e assim até o infinito. Naturalmente, os riscos são muitos, muitíssimos. Não só é impossível evitá-los, como também é impossível prevêê-los. Se o proletariado tentasse, sacrificando para isso a clareza e a irreconciliabilidade de sua política fundamental, levar em consideração cada perigo episódico separadamente, sua bancarrota seria inevitável. Em épocas de guerra, as fronteiras se alterarão, as vitórias e derrotas militares se alternarão, os regimes políticos mudarão. Os trabalhadores poderão aproveitar em sua totalidade este monstruoso caos somente se, ao invés de serem supervisores do processo histórico, se engajarem na luta de classes. Somente o avanço de sua ofensiva internacional colocará fim nos “perigos” episódicos e também na sua fonte principal: a sociedade de classes.

³¹ Este artigo foi escrito em resposta a uma carta de um grupo de bolcheviques-leninistas palestinos que viam o perigo de um desvio pacifista nas fileiras da Quarta Internacional e defendiam que o derrotismo não era uma política revolucionária adequada em uma guerra contra o fascismo.

³² A Tríplice Entente era formada por Inglaterra, França e Rússia, e combateu a Alemanha na Primeira Guerra Mundial.

³³ Hitler ocupou a Tchecoslováquia em 15 de março de 1939, sob a justificativa de defender a população etnicamente alemã que vivia na região contra supostas perseguições promovidas pelo governo tchecoslovaco.

TESES SOBRE A SITUAÇÃO MUNDIAL (PROJETO DO SI DA LIT) Nahuel Moreno, 1984

Desde o início da etapa revolucionária que se abriu com o Maio Francês³⁴ até agora vimos três diferentes etapas da frente imperialista:

A primeira foi a do enfrentamento militar com a vanguarda da revolução mundial, a guerrilha vietnamita. A face interna desta política foi a tentativa de Nixon³⁵ de chegar até um governo bonapartista que fosse independente do poder legislativo. Era a política do garrote³⁶ e do confronto aberto. Mas a guerrilha e os trabalhadores vietnamitas e a oposição interna do povo norte-americano frustraram as duas tentativas de Nixon. O exército ianque foi derrotado no Vietnã e Nixon tem que renunciar, implicado no escândalo de Watergate³⁷.

A segunda etapa da política imperialista se caracteriza pela conciliação, as negociações, as aberturas democráticas no país e fora dele. É o momento das viagens de Carter³⁸ e sua esposa predicando os "direitos humanos" por meio mundo, impulsionando conferências contra o racismo sul-africano, fazendo campanha contra as ditaduras latino americanas, abrindo o diálogo com o MPLA³⁹ angolano e estreitando vínculos com os partidos social-democratas europeus. É uma política defensiva de um imperialismo que ficou "grogue" pela derrota no Vietnã e retrocede em debandada ante o movimento de massas mundial e seu próprio povo. É a que denominamos de "contrarrevolução democrática", de promover aberturas e regimes de democracia formal, como canal de alívio da pressão revolucionária das massas. Logicamente uma democracia imperial que, nos países atrasados, deveria assegurar o domínio imperialista através de meios diferentes das ditaduras genocidas.

O final do governo Carter pré-anuncia a terceira fase da política imperialista. O imperialismo começa sua contra-ofensiva e seus preparativos para voltar a utilizar o garrote. Os triunfos revolucionários da Nicarágua e do Irã aceleram a passagem de uma política à outra.

O próprio Carter lança duas iniciativas militares preparatórias do período Reagan⁴⁰: 1) a instalação de mísseis na Europa apontados para a URSS, e 2) a organização de um exército de deslocamento rápido, que pode chegar a qualquer lugar do mundo onde seja necessário para sufocar um levante revolucionário. O fracasso da recuperação dos reféns de Teerã⁴¹ é a primeira tentativa frustrada desta política. Os métodos de contra-revolução democrática da primeira etapa de Carter não são abandonados, mas sim combinam as concessões ao movimento de massas (aberturas democráticas controladas, defesa de direitos humanos) com os métodos armados.

O governo Reagan entra para executar a contra-ofensiva imperialista preparada por Carter. Instala os mísseis na Europa e termina de organizar o exército de deslocamento rápido. Intervém em Granada e no Líbano. Atacam os aviões da Líbia. O que caracteriza o governo de Reagan é ter levado até as últimas consequências e a escala mundial a tática que se tinha empregado em Angola, de fabricar e apoiar guerrilhas contra-revolucionárias como as da UNITA⁴², contra as guerrilhas progressistas do MPLA ou os governos surgidos das descolonizações portuguesas em Moçambique e Angola. Esta tática contrarrevolucionária foi aplicada com toda sua intensidade na Nicarágua com a organização dos "contra"⁴³. A guerrilha afegã⁴⁴ acabou nas mãos da CIA e do imperialismo ianque. Na Namíbia e no Líbano utilizou diretamente os exércitos de seus gendarmes sul-africano e israelense.

³⁴ Revolta estudantil ocorrida em Paris em 1968 e que colocou em crise o governo Charles de Gaulle.

³⁵ Richard Nixon, presidente norte-americano entre 1969 e 1974 pelo Partido Republicano.

³⁶ Instrumento de tortura similar a um torniquete, usado para estrangulamento.

³⁷ Escândalo ocorrido em 1972 e que envolveu a invasão à sede do Comitê Nacional Democrata, localizado no Complexo Watergate, em Washington. Mais tarde, comprovou-se que Nixon sabia das operações ilegais contra o Partido Democrata.

³⁸ Jimmy Carter, presidente norte-americano entre 1977 e 1981 pelo Partido Democrata.

³⁹ Movimento Popular de Libertação de Angola, guerrilha anti-colonial que venceu a Guerra de Independência contra o exército colonialista português em 1974.

⁴⁰ Ronald Reagan, presidente norte-americano entre 1981-1988 pelo Partido Republicano.

⁴¹ Refere-se ao episódio conhecido como "Crise dos Reféns", ocorrido em Teerã, capital do Irã, em 1979. Na ocasião, 52 norte-americanos foram mantidos reféns por 444 dias (de 4 de novembro de 1979 a 20 de janeiro de 1981), após um grupo de estudantes e militantes islâmicos tomar a embaixada americana na capital iraniana, em apoio à Revolução Iraniana.

⁴² União Nacional para a Independência Total de Angola, guerrilha pró-imperialista financiada pela CIA e pelo governo sul-africano para combater o MPLA durante a guerra civil angolana (1975-2002). Em 2002 a UNITA depôs as armas e se tornou um partido legal de oposição.

⁴³ Guerrilha pró-imperialista montada e financiada pelos EUA para lutar contra o governo sandinista na Nicarágua. O dinheiro para financiar a guerrilha era obtido ilegalmente através da venda de armas, por parte de altos funcionários da administração Ronald Reagan, ao Irã (inimigo declarado dos EUA), o que gerou nos anos 1980 o escândalo conhecido como "Irã-contras".

⁴⁴ Guerrilha que lutava contra a intervenção soviética no Afeganistão durante os anos 1980.

A utilização do garrote por parte de Reagan na contra-ofensiva não o fez abandonar naquele momento a velha política da **contrarrevolução democrática**. A síndrome do Vietnã segue pesando para que o imperialismo ouse se atreva, no momento, a intervir diretamente em guerras nacionais. Não é casual que os marines fossem retirados do Líbano quando tiveram perdas e começou a mudar a situação. Por isso segue utilizando métodos indiretos: a ajuda militar, os especialistas, a guerrilha contrarrevolucionária.

Existe uma relação direta entre os meios militares e a contrarrevolução democrática. Os primeiros buscam a segunda. A pressão militar busca a pacificação e a contrarrevolução democrática. Tanto em Angola como em Moçambique ou no Líbano, Reagan tendeu aos acordos. A mesma coisa hoje em dia no enfrentamento Honduras-Nicaragua. Reagan utiliza a força para convencer as direções oportunistas de que tem que pactuar o freio, congelamento e a derrota da revolução. O ascenso revolucionário é muito potente para que Reagan se atreva a jogar todas suas cartas nos métodos violentos depois que se saíram tão mal com eles. Não acreditamos na idéia generalizada, que propagam pelo mundo, de que o plano de Reagan seja invadir de cara onde existe uma situação revolucionária crítica. Esta será a última coisa que fará, quando fracassarem suas tentativas de pactuar a contra-revolução com as direções do movimento de massas.

ESCOLA DE QUADROS SOBRE REVOLUÇÃO PERMANENTE – ARGENTINA **Nahuel Moreno, 1984**

Cursando: Por que agora dizemos "reação democrática" em vez de "contrarrevolução democrática"?

Moreno: Nos dá a impressão que olhando do ponto de vista do **regime**, dizer "contrarrevolução democrática" é um exagero. Porque em Portugal evidentemente não há uma contrarrevolução. Há uma reação bastante dura, mas, [em relação ao] regime não se voltou a Salazar. Em compensação, se em Portugal voltam os salazaristas vai ser ainda pior que na etapa anterior. **E na Argentina também;** se mataram trinta mil, na próxima matam trezentos mil.

E se nós chamamos de "contrarrevolução" o que está ocorrendo agora em Portugal ou agora que Alfonsín tomou o governo na Argentina, ficamos sem palavras. Já nos vejo procurando o dicionário outra palavra que indique que há contrarrevoluções boazinhas, contrarrevolução democrática boazinha, que não mata nem ferra ninguém etc. Então, como insistimos no problema físico nos parece [melhor] reservar [o termo] "contrarrevolução" para quando se tortura, persegue, prende, e não onde por métodos democráticos se enquadra o movimento operário.

Cursando: Mas a qualificação de contra-revolucionário fica, por exemplo, para o Plano Carter, que é levado adiante utilizando os métodos democráticos.

Moreno: Não, não. Queremos mudar, queremos usar outra fórmula. Opinamos que chamar de "contrarrevolucionários" todos esses processos é um exagero da III Internacional. Melhor [chamá-los] de reacionários.

CONVERSANDO COM MORENO **Nahuel Moreno, 1986**

Você fala de ser otimista. Não teremos passado um pouco da medida, ao avaliar as lutas na América Latina?

Moreno: Concordo que uma coisa é ser otimista e outra é exagerar as vitórias. Dito isso, eu acho que aqui estamos em luta contra o imperialismo, e que nossas análises têm sido objetivas. Há poucos anos, todos os países do Cone Sul eram dominados por ditaduras ferozes, agora só restam as do Chile e do Paraguai. Para mim, isso é uma vitória da luta e da resistência dos trabalhadores, uma vitória espetacular.

Quem sustenta que não há um processo revolucionário em curso na América Latina, e que as massas trabalhadoras e a classe operária não estão lutando, está dizendo, inconscientemente, que os governos de Bignone, Alvarez, Garcia Meza e Figueiredo foram progressistas, já que devemos a eles as liberdades democráticas que estamos desfrutando na atualidade. Eu estou convencido, pelo contrário, que esses ditadores sangrentos foram derrotados pela luta das massas, não por concessão gratuita dos militares e do imperialismo.

Nesse caso, você diria que os Estados Unidos teriam preferido que continuassem as ditaduras?

Moreno: Pode ser que não. O imperialismo também tem de se adequar ao ascenso revolucionário das massas. Por exemplo, Rockefeller elogiou o regime angolano atual, que lhe fez concessões petrolíferas.⁴⁵

Para mim, a máxima virtude do capitalismo, em escala mundial e histórica, é a sua capacidade de adaptação, o que está relacionado com o comércio. Não há capitalismo sem comércio, e comércio significa intercâmbio entre desiguais. Por isso, negocia, assimila e se combina com regimes distintos. O comércio lhe imprime um dinamismo tremendo. Isso se reflete no plano político: reprime ou negocia de acordo com as suas necessidades. A única coisa que nunca vai negociar é a Revolução Mundial, porque significa seu próprio fim. Mas hoje vemos como um setor da burguesia mundial está negociando com a Nicarágua, para ver se consegue paralisar a Revolução, como paralisaram, antes, a Revolução Portuguesa e, dessa maneira, evitar novas vitórias revolucionárias.

O QUE NÃO SE DEVE IMITAR DO MOVIMENTO OPERÁRIO ALEMÃO **V. I. Lenin, 1914**

Recentemente, K. Legien, um dos representantes mais conhecidos e destacados dos sindicatos alemães, publicou seu relatório sobre a viagem à América do Norte em um livro bastante volumoso, intitulado *Sobre o Movimento Operário da América do Norte*.

Sendo um representante tão importante não só do movimento sindical alemão mas também do internacional, K. Legien deu à sua viagem um destaque extraordinário, próprio, por assim dizer, de um ato de Estado. Durante anos inteiros manteve negociações a respeito dessa viagem com o Partido Socialista da América do Norte e com a Federação Americana do Trabalho (American Federation of Labor), união de organizações sindicais dirigida pelo célebre (tristemente célebre) Gompers. Quando foi anunciada a viagem de Karl Liebknecht à América do Norte, Legien não quis viajar ao mesmo tempo que ele "para que nos Estados Unidos não intervissem simultaneamente dois oradores, cujas concepções sobre a tática do Partido e sobre o significado e o valor dos diversos ramos do movimento operário não coincidem plenamente". (...)

Há um episódio da viagem de Legien extremamente instrutivo e que revela com admirável clareza as duas tendências do movimento operário mundial e, em particular, do alemão.

Legien visitou a Câmara de Deputados dos Estados Unidos, o chamado "Congresso". O regime democrático da República produziu grata impressão a um homem educado no Estado policial prussiano, e, com satisfação compreensível, assinala que o Estado na América do Norte facilita a cada deputado não só um gabinete com todo conforto moderno, mas também um secretário pago para o cumprimento das múltiplas obrigações do deputado. A simplicidade e espontaneidade no tratamento por parte dos deputados e do presidente da Câmara eram bem diferentes do que Legien havia visto em outros parlamentos europeus e particularmente na Alemanha. Na Europa, um social-democrata não poderia nem sequer pensar em pronunciar um discurso de saudação numa sessão oficial de um parlamento burguês! Mas na América do Norte isto foi muito fácil, e o título de social-democrata não assustou a ninguém... à exceção desse mesmo social-democrata!

Desse modo, manifestaram-se a maneira burguesa norte-americana de "matar com suavidade" a socialistas pouco firmes e a maneira oportunista alemã de renunciar ao socialismo para agradar a uma burguesia "suave", cortês e democrática. (...)

A social-democracia alemã tem grandes méritos. Possui uma teoria perfeitamente elaborada, graças à luta de Marx contra todos os Hoehberg, Duhring e companhia, teoria que nossos populistas tratam em vão de esconder ou de corrigir com um espírito oportunista. Possui uma organização de massas, jornais, sindicatos e associações políticas, esse mesmo grau de organização de massas que evidentemente, agora, também estamos alcançando

⁴⁵ Depois da independência de Angola de Portugal sob a direção do MPLA (Movimento pela libertação de Angola), o imperialismo montou uma guerrilha contrarrevolucionária, a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola), apoiada pelo governo da África do Sul. O governo do MPLA, além de não expropriar a burguesia, abriu os campos de petróleo para as multinacionais.

em nosso país, como o demonstram as vitórias que por toda parte conseguem os marxistas-pravdistas, tanto nas eleições à Duma como no terreno da imprensa diária, ou nas eleições ao Conselho de Seguros, ou nos sindicatos. Os denodados esforços de nossos liquidacionistas, "desalojados de seus postos" pelos operários, no sentido de esconder a questão sobre a organização de massas na Rússia adaptada às condições de nosso país, são estéreis e nada mais significam que o empenho de alguns supostos intelectuais de se desviarem do movimento operário, tal qual os pertinazes esforços dos populistas.

Mas os méritos da social-democracia alemã não são tais, graças a discursos tão vergonhosos como o de Legien e os "discursos" (na imprensa) dos colaboradores dos *Cadernos Socialistas Mensais*, mas apesar deles. Não devemos encobrir nem complicar com frases de um "otimismo oficial" a inegável enfermidade do partido alemão, que se revela claramente em fenômenos dessa espécie, porém salientá-la diante dos operários russos, para que possamos aprender com a experiência de um movimento mais velho, para que possamos saber o que não devemos imitar.

O PARTIDO BOLCHEVIQUE

Pierre Broué, 1962

Capítulo 3: o bolchevismo – o partido e os homens

A originalidade do partido bolchevique

A originalidade do partido bolchevique não reside em nenhuma concepção ideológica, nem em um regime particularmente centralizado. A social-democracia alemã, naquele período, está tão centralizada e possui uma organização tão estrita quanto a do partido russo. Piatnitski, especialista na organização do aparato russo, descreve com admiração a organização socialista de Leipzig e o funcionamento semiclandestino dos núcleos dirigentes, que são chamados popularmente pelos militantes de "carvoarias". A "disciplina de fração" – a *Fraktionzwang* – é aplicada, com o máximo rigor, em todos os níveis de atividade do partido alemão, mais severamente, talvez, do que no partido russo, como consequência da legalidade e do poder financeiro do aparato na Alemanha, que não deixam espaços para a iniciativa pessoal. A crise de 1914 servirá para revelar a raiz das diferenças entre os dois partidos: a social-democracia alemã vota os créditos de guerra e apoia seu governo na guerra, enquanto os bolcheviques fazem chamados para transformar a guerra imperialista em guerra civil. A social-democracia alemã, ao adaptar-se ao regime político e social, se converteu em um partido reformista, enquanto o partido bolchevique, ao permanecer sempre hostil a ele, manteve suas perspectivas e suas políticas revolucionárias.

Essa diferença se deve, em primeiro lugar, a que os sociais-democratas russos viviam e militavam em um contexto social infinitamente mais explosivo do que o da Europa Ocidental. (...)

Sob o czarismo, não existe possibilidade alguma de que os militantes levem uma vida tranquila na sociedade russa. Os sindicatos são dissolvidos assim que passam a ter uma atividade real e os mencheviques mais "legalistas", inclusive os liquidacionistas, recebem da polícia golpes tão duros quanto os bolcheviques mais extremistas. Neste sistema não existe espaço para os burocratas, nem sequer para os honrados desertores, já que o militante que deseja abandonar a luta não terá, para ganhar a vida, outra solução que não seja converter-se em delator da polícia. A integração é impossível sem capitulação aberta. O reformismo, que no Ocidente surgiu como estado de ânimo antes de materializar-se como tendência interna às organizações operárias e, posteriormente, como setor materialmente beneficiado, não possui na Rússia nenhuma raiz segura. As condições em que se dá a luta política e social convertem os militantes em uma elite generosa, valente e pura. É preciso multiplicar as astúcias e iniciativas para proteger a organização da repressão e manter o contato com os operários. Nenhuma rotina pode consolidar-se e é imprescindível saber aproveitar todas as mínimas oportunidades.

A DITADURA REVOLUCIONÁRIA DO PROLETARIADO

Nahuel Moreno, 1979

Introdução

Quando os principais partidos comunistas ocidentais, tais como o francês, o espanhol e o italiano, retiraram de seus programas a bandeira de "ditadura do proletariado", generalizou-se uma discussão sobre o fenômeno conhecido como "eurocomunismo", que implica no abandono da concepção marxista-leninista do Estado, acompanhado de uma ligeira crítica aos piores traços das burocracias stalinistas governantes.

Nesta, como em todas as grandes polêmicas anteriores, estão em jogo as lições do marxismo, corroboradas ou enriquecidas por mais de um século de experiência revolucionária.

No ano passado publicou-se uma resolução do Secretariado Unificado (SU) da IV Internacional, denominada "Democracia Socialista e Ditadura do Proletariado", para defender estas lições. Nela os autores propõem um debate público sobre o tema, o que foi um acerto, porque esta questão apaixonou toda esquerda européia e ocidental.

E não é casual que seja assim, já que os partidos comunistas tiraram aquela palavra de ordem exatamente no momento em que a Europa vive um ascenso operário que se espalhou pela América Latina, Estados Unidos e as massas coloniais da Ásia e África.

Na realidade, com isto tais partidos não fazem mais que acomodar a teoria à sua velha prática cotidiana: o abandono da luta de classes e de sua conclusão, a ditadura do proletariado. E o fazem em um momento preciso, quando os respectivos imperialismos aumentam a pressão sobre os partidos comunistas e socialistas para que aceitem os planos de austeridade.

Os partidos comunistas mais fortes da Europa Ocidental encontram-se pressionados por duas forças: a ofensiva do seu imperialismo contra o nível de vida e trabalho da classe operária e a resistência desta em pagar a crise do sistema capitalista.

Para enfrentar a resistência dos trabalhadores, o imperialismo - europeu, norte-americano ou japonês - apela às suas ilusões democráticas burguesas. Submete as massas desses países a uma campanha permanente de embelezamento das virtudes da democracia burguesa e suas liberdades através de seus fantásticos meios de comunicações, e critica, por outro lado, os Estados operários. Em vez de comparar as conquistas colossais da classe operária - como a expropriação da burguesia, a planificação, o trabalho assegurado para toda a população etc., que fariam inclinar a balança a favor dos Estados operários, **compara as liberdades formais** e questiona o caráter repressivo, totalitário, destes países. Os partidos de esquerda e os trabalhadores são desafiados diariamente pelos meios de comunicação com o seguinte argumento: *"Nós lhes damos as mais amplas liberdades para que nos combatam. Só os reprimimos quando se levantam contra a constituição democrática nacional; se fizerem, por exemplo, greves selvagens ou atos terroristas, ou se tratarem de impor sua vontade sem esperar o resultado das eleições, sem aceitar o que é decidido pelo parlamento livremente eleito. Nos Estados operários, ao contrário, há campos de concentração e todo cidadão tem que opinar como exige o partido comunista dominante. Se não, vai para a prisão ou a uma clínica psiquiátrica. Nós somos democráticos, lhes damos liberdade de opinar e escrever o que queiram, de apresentar-se nas eleições, e inclusive, de tomarem o poder se as vencerem. A opção é: as liberdades dos países capitalistas ou o totalitarismo das ditaduras proletárias. Porém, para manter este regime, vocês devem se sacrificar trabalhando mais e ganhando menos. Escolham então: liberdade ou totalitarismo?"*

Estas perguntas caem feito uma luva nas ilusões democráticas burguesas dos trabalhadores ocidentais. Qualquer um que tenha militado entre estudantes ou operários dos países avançados conhece este sentimento, que consiste fundamentalmente em acreditar que, sob o capitalismo, apesar de todos os seus problemas, há liberdades; que se pode escolher tudo (onde morar, no que trabalhar, o que estudar etc.), sem notar o aspecto relativo destes privilégios. E o mais grave, sem compreender que o pouco que têm é consequência de pertencer a países ricos que exploram toda a humanidade. Nas últimas décadas, os partidos comunistas contribuíram para o desenvolvimento destas ilusões, unidos aos social-democratas na reivindicação destes sentimentos. Também contribuíram para isso o "boom" econômico, pois permitiu uma melhoria no nível de vida da classe operária e da moderna classe média; o trágico espetáculo dos regimes burocráticos dos Estados operários do leste da Europa, principalmente a URSS; a terrível experiência vivida sob os regimes fascistas totalitários e, por último,

a luta triunfante contra a ditadura grega⁴⁶, o salazarismo⁴⁷ e o franquismo⁴⁸, que abriu para as massas um período cujos benefícios democráticos dá medo de perder.

Não satisfeitos com isso, cada imperialismo coloca aos partidos operários de seu país, principalmente aos comunistas, as seguintes perguntas: "*Estão dispostos a nos ajudar a superar a crise da economia nacional, para salvaguardar as liberdades democráticas e o sistema parlamentar? Serão políticos sérios, dignos de confiança, que convencerão a classe operária de que devem sacrificar-se em nome do desenvolvimento da economia nacional? Estão pela pátria e o desenvolvimento de sua economia ou pela defesa da URSS e dos interesses específicos dos trabalhadores?*".

Até agora, muitos partidos comunistas estão imunes a estas perguntas. Por causa de sua debilidade e da falta de cargos parlamentares, sindicais ou estatais em seus países, seguem dependendo da ajuda de Moscou para a existência de sua direção. Isto os leva a manter as posições tradicionais.

Mas para os partidos mais fortes, por exemplo o italiano, isto quer dizer: "*O que querem? Perder os milhões de dólares do comércio com a URSS ou das disputas municipais? Perder milhares de filiados que ficarão sem trabalho? Deixar de controlar o enorme aparato burocrático das cidades mais importantes, para voltar a depender da URSS como os PCs mais débeis? E por que? Por acaso perdem influência dentro do regime parlamentar com os planos de austeridade? Nosso regime lhes garante seus postos e seus privilégios. Em troca disto, é pedir muito que discutam conosco as leis trabalhistas, os acordos coletivos, para convencer os trabalhadores a ganharem um pouco menos, ou trabalharem um pouco mais?*" Por isso estes partidos comunistas aceitaram, de braços abertos, colaborar com os planos de austeridade de seus patrões, como já se vê na Itália e Espanha.

Mas, conscientes de que esta política pode lhes provocar sérias crises – ser ultrapassados pelo movimento de massas ou perder votos nas eleições – tratam de compensar isto fazendo concessões em outros terrenos. No fundo, as mesmas que a patronal lhes faz, mas com roupagem marxista.

"Democratizam" seu programa e sua política e tratam de desviar tudo para discussões que alienem seus militantes e a vanguarda da resistência aos planos econômicos dos governos patronais. Por exemplo, apoiando-se no justo repúdio das massas, atacam o imperialismo americano em vez de apontar a burguesia de seu próprio país como o principal inimigo. Com o mesmo objetivo questionam o monopólio e o regime de partido único da sinistra burocracia russa no poder, criticam algumas das expressões mais irritantes da repressão implacável dos governos da URSS e dos outros Estados operários burocratizados contra seus opositores e contra os outros Estados operários, reivindicando alguns dos mártires dos processos de Moscou e outras vítimas do stalinismo e da Tchecoslováquia.

E quando retiram de seu programa a *ditadura do proletariado*, defendendo abertamente o voto universal e o sistema parlamentar, fazem-no para canalizar as falsas esperanças democráticas dos trabalhadores e para ganhar credibilidade perante a burguesia. Oferecem um pluripartidarismo absoluto para antes e depois da tomada do poder, apoiando-se nas ilusões operárias de que tudo é resolvido pela via reformista, pacífica, parlamentar. E chegam a afirmar que, se perderem as eleições para partidos reacionários, mesmo estando no poder, o devolverão ao ganhador, já que seu respeito ao sufrágio universal é sagrado. E, como não podia deixar de ser, começaram a levantar o patriotismo perante o próprio país imperialista, em contraposição ao velho e cego "patriotismo russo" que caracterizava o stalinismo juvenil. Pelas mesmas razões começam a insinuar, ainda que timidamente, o direito de divergir dentro dos próprios partidos comunistas e das organizações operárias que estes controlam.

Enfrentam os trotskistas com argumentos similares aos do imperialismo: não sejam dogmáticos; abandonem de uma vez por todas a luta de classes, a revolução e a ditadura operária que Marx, Lenin e Trotski preconizaram, e adaptem-se aos novos tempos e às sociedades ocidentais avançadas. Porque não se comprometem, como nós, a dar liberdades políticas ilimitadas quando tomarem o poder? Porque não abandonam de uma vez os equivocados conceitos de luta de classes, revolução operária e ditadura do proletariado, para se voltarem ao de liberdades democráticas e ao sistema parlamentar? Porque não defendem o voto universal e a via democrática parlamentar para governar com a maioria da população?

O Secretariado Unificado da IV Internacional escreveu e publicou sua resolução, precisamente, para responder aos eurocomunistas e defender as posições de Lenin e Trotski sobre estas questões. Tudo isto seria muito louvável e teria nosso apoio incondicional se o SU não tivesse cometido um verdadeiro crime teórico,

⁴⁶ Também conhecida como "ditadura dos coronéis" (1967-1974).

⁴⁷ Referência ao governo ditatorial de Antônio Salazar e seus sucessores, que perdurou em Portugal de 1933 até 1974.

⁴⁸ Ditadura de Francisco Franco na Espanha (1936-1975)

político e histórico, ao dar à ditadura do proletariado um objetivo noventa por cento parecido com o dos eurocomunistas e diametralmente oposto ao de nossos mestres. (...)

O que ocorreu é que um setor do movimento trotskista europeu e ocidental se transformou em correia de transmissão das ilusões democrático-burguesas dos trabalhadores ocidentais, combinadas com os restos ideológicos da influência ultra-esquerdista estudantil européia, que existia há poucos anos. (...)

O que ocorre nas fileiras desta parte do trotskismo é um fenômeno simétrico ao do eurocomunismo. O programa da atual direção da IV Internacional é o mesmo que o dos partidos comunistas ocidentais, ainda que o do SU esteja dirigido à ditadura do proletariado e o dos eurocomunistas ao sistema capitalista e aos estados transicionais. Mas obedece a razões parecidas.

A Internacional Comunista sob Lenin, e depois os trotskistas, insistiram na existência de ilusões democráticas burguesas entre as massas ocidentais. Sua expressão política é, justamente, a força dos partidos social-democratas e comunistas. Estes encarnam a síntese ideal: são "da classe operária", o que dá razão aos trabalhadores neste ponto. Não são o imperialismo; suas críticas aos estados operários se dão sob a ótica "democrática". Mas a crise e o ascenso europeu, ainda que no início tenham começado a dissolver estas ilusões, contraditoriamente as reforçam. De que forma? Muito simples. Com o ascenso - que significa avanço, poder em um sentido - os operários acreditam que seja possível solucionar tudo com a chegada de seus partidos ao governo, pela via pacífica, através de eleições. (...)

BLOCO II – AS CORRENTES DO MOVIMENTO OPERÁRIO

O ESTADO E A REVOLUÇÃO

V. I. Lenin, 1917

3. Como Marx punha a questão em 1852

Mehring⁴⁹ publicava, em 1907, na *Neue Zeit* (XXV, 2, 164), extratos de uma carta de Marx a Weidemeyer, de 5 de março de 1852. Essa carta encerra, entre outras, a notável passagem seguinte:

"No que me concerne, eu não tenho o mérito de ter descoberto a existência das classes na sociedade contemporânea, nem o de ter descoberto a luta dessas classes entre si. Os historiadores burgueses expuseram, muito antes de mim, o desenvolvimento histórico dessa luta de classes, e os economistas burgueses a anatomia econômica das classes. O que eu fiz de novo consiste na demonstração seguinte: 1º) que a existência das classes só se prende a certas batalhas históricas relacionadas com o desenvolvimento da produção (historische Entwicklungskämpfe der Produktion); 2º) que a luta das classes conduz necessariamente à ditadura do proletariado; 3º) que essa própria ditadura é apenas a transição para a supressão de todas as classes e para a formação de uma sociedade sem classes".

Marx conseguiu exprimir nessas linhas, com surpreendente relevo, o que distingue radicalmente a sua doutrina da dos pensadores mais avançados e mais profundos da burguesia e o que a torna fundamental na questão do Estado.

A luta de classes é o essencial na doutrina de Marx. É, pelo menos, o que se escreve é o que se diz frequentemente. Mas isso é inexato. Deformações oportunistas do marxismo, falsificações do marxismo tendentes a adaptá-lo às necessidades da burguesia, são frequentes como resultado dessa inexatidão. A doutrina da luta de classes foi concebida não por Marx, mas pela burguesia antes de Marx, e, de maneira geral, é aceitável para a burguesia. Quem só reconhece a luta de classes não é ainda marxista e pode muito bem não sair dos quadros do pensamento burguês e da política burguesa. Limitar o marxismo à luta de classes é truncá-lo, reduzi-lo ao que é aceitável para a burguesia. Só é marxista aquele que estende o reconhecimento da luta de classes ao reconhecimento da ditadura do proletariado. A diferença mais profunda entre o marxista e o pequeno (ou grande) burguês ordinário está aí. É sobre essa pedra de toque que é preciso experimentar a compreensão efetiva do marxismo e a adesão ao marxismo. Não é de espantar que, quando a história da Europa levou a classe operária a abordar praticamente essa questão, todos os oportunistas e reformistas, e todos os "kautskistas" também (hesitantes entre o reformismo e o marxismo), se tenham revelado pobres filisteus e democratas pequeno-burgueses, negadores da ditadura do proletariado. A brochura de Kautsky - *A Ditadura do Proletariado* - aparecida em agosto de 1918, isto é, muito tempo depois da primeira edição da presente obra, nós oferece um modelo de deformação pequeno-burguesa do marxismo e, na realidade, de repúdio completo dessa doutrina, hipocritamente reconhecida da boca para fora (ver minha brochura: *A Revolução Proletária e o Renegado Kautsky*, 1918).

O oportunismo contemporâneo, encarnado por seu principal representante, o ex-marxista Karl Kautsky, cai inteiramente sob a definição da atitude burguesa dada por Marx. Esse oportunismo circunscreve o reconhecimento da luta de classes à esfera das relações da sociedade burguesa. (Não há liberal instruído que não consinta em admitir "em principio", nesses limites, a luta de classe!). O oportunismo não leva o reconhecimento da luta de classes até o essencial, até o período de transição do capitalismo ao comunismo, até o período de subversão da burguesia e do seu completo aniquilamento. Na realidade, esse período é, inevitavelmente, o de uma luta de classes extremamente encarniçada, revestindo uma acuidade ainda desconhecida. O Estado dessa época deve ser, pois, um Estado democrático (para os proletários e os não-possuidores em geral) inovador e um Estado ditatorial (contra a burguesia) igualmente inovador.

Ainda mais. O fundo da doutrina de Marx sobre o Estado só foi assimilado pelos que compreenderam que a ditadura de uma classe é necessária, não só a toda sociedade dividida em classes, em geral, não só ao proletariado vitorioso sobre a burguesia, mas ainda em todo o período histórico que separa o capitalismo da "sociedade sem classes", do comunismo. As formas dos Estados burgueses são as mais variadas; mas a sua

⁴⁹ Franz Mehring (1846-1919), historiador, teórico e dirigente da social-democracia alemã. Rompeu com o SPD junto com Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht para fundar a Liga Spartacus, antecessora do Partido Comunista da Alemanha.

natureza fundamental é invariável: todos esses Estados se reduzem, de um modo ou de outro, mas obrigatoriamente, afinal de contas, à ditadura da burguesia. A passagem do capitalismo para o comunismo não pode deixar, naturalmente, de suscitar um grande número de formas políticas variadas, cuja natureza fundamental, porém, será igualmente inevitável: a ditadura do proletariado.

DISCURSO SOBRE TÁTICA

Rosa Luxemburgo, 1898

(Pronunciado no Congresso de Stuttgart da social-democracia alemã)

Os discursos de Heine e de certo número de outros oradores sobre um ponto extremamente importante, sobre a compreensão da relação entre nosso objetivo final e a luta cotidiana, demonstraram que existe em nosso partido uma certa confusão.

Declara-se: "o que se diz do objetivo final constitui uma bela passagem do nosso programa, que certamente não se deve esquecer, mas que não tem nenhuma relação direta com nossa luta prática". Talvez se encontre um certo número de camaradas que pensem que uma discussão sobre o objetivo final é apenas uma discussão acadêmica. Eu sustento, ao contrário, que não existe para nós enquanto partido revolucionário, proletário, questão mais prática que a questão do objetivo final. Pois reflitam: em que consiste, de fato, o caráter socialista de nosso movimento? A luta prática propriamente dita se divide em três partes principais: a luta sindical, a luta pelas reformas e a luta pela democratização do Estado capitalista. Será que estas três formas de nossa luta pertencem, de fato, ao socialismo?

Absolutamente, não!

Vejam para começar o movimento sindical. Vejam a Inglaterra! Naquele país o movimento sindical não somente não é socialista, como é, até mesmo, em parte, um obstáculo ao movimento socialista. No que se refere às reformas sociais, os "socialistas de cátedra", os socialistas nacionais e outros do mesmo calibre as preconizam também. Quanto à democratização, ela é especificamente burguesa. A burguesia antes de nós já tinha inscrito a democracia em suas bandeiras. O que faz de nós então, em nossa luta cotidiana, um partido socialista? Apenas a relação destas três formas de luta prática com nosso objetivo final. É unicamente o objetivo final que dá seu espírito e seu conteúdo à nossa luta socialista e a faz uma luta de classe. E por objetivo final nós não devemos entender, como disse Heine, tal ou qual representação da sociedade futura, mas o que deve preceder a sociedade futura, ou seja, a conquista do poder político. (Interrupção: Estamos de acordo !)

Esta concepção de nossa tarefa tem relação estreita com nossa concepção da sociedade capitalista, segundo a qual esta sociedade se envolve em contradições insolúveis que levam finalmente a uma explosão necessária, uma catástrofe na qual nós faremos o papel do síndico encarregado de liquidar a sociedade em falência.

(...) Para nós não há nenhuma dúvida de que devemos nos orientar para a tomada do poder político. Um partido socialista deve estar sempre à altura da situação. Ele não deve jamais recuar diante de suas próprias tarefas. É por isso que devemos clarificar completamente nossa concepção do objetivo final. Nós o realizaremos acima de tudo e contra tudo. (Aplausos)

[Réplica a Vollmar]

Vollmar me recriminou amargamente por querer, eu, uma jovem iniciante no movimento, dar lições aos antigos veteranos. (...) Quando Vollmar responde aos meus argumentos dizendo: "Fedelha, eu poderia ser seu avô!", isto é para mim uma prova que ele não tem mais argumentos. (Risos) De fato, ele fez em seu discurso toda uma série de declarações que são, no mínimo, estranhas na boca de um veterano. À sua citação esmagadora de Marx sobre a legislação trabalhista eu oporia uma outra declaração de Marx, segundo a qual a introdução da legislação trabalhista na Inglaterra significava, de fato, a salvação para a sociedade burguesa. Vollmar declarou também que é errado pensar que o movimento sindical não seja um movimento socialista e invocou o exemplo dos trade-unions ingleses. Vollmar ignora, então, a diferença entre o antigo e o novo trade-unionismo? Não sabe ele que os antigos trade-unionistas compartilham inteiramente o ponto de vista burguês mais mesquinho? Não sabe ele que foi o próprio Engels que expressou a esperança de que futuramente o movimento socialista se desenvolveria na Inglaterra, pois esta perdera sua supremacia sobre o mercado mundial e, por conseguinte, o movimento dos trade-unions seria obrigado a trilhar novos caminhos?

Vollmar evoca aqui o fantasma do blanquismo. Ignora ele a diferença que existe entre o blanquismo e a social-democracia? Não sabe que para os blanquistas é um punhado de militantes que deve tomar o poder em nome da classe operária e que, para a social-democracia, é a própria classe operária? Esta é uma diferença que não se deveria esquecer quando se é um veterano do movimento social-democrata. (...)

Não se poderia fazer, em relação às minhas declarações, maior elogio do que dizer que elas são simplesmente evidentes. Com certeza, devem ser simplesmente evidentes para um social-democrata mas não o são para todos aqueles que estão neste congresso (Oh!), por exemplo, para o camarada Heine, com sua política de compensação. Como conciliá-la com a conquista do poder? Em que pode consistir a política de compensação? Nós exigimos a ampliação dos direitos do povo, das liberdades democráticas. O Estado capitalista exige, por sua vez, a ampliação dos seus meios de coerção, o aumento do seu número de canhões. Suponham a situação mais favorável, onde o acordo é concluído e observado honestamente por ambas as partes. O que nós obtemos só existe no papel. Boerne já dizia: "Eu não aconselho ninguém a fazer uma hipoteca sobre a constituição alemã, já que todas as constituições alemãs são bens móveis". Para que tenham qualquer valor, as liberdades constitucionais devem ser obtidas através da luta e não graças a um contrato. Mas o que o Estado capitalista receberia de nós em troca teria uma existência firme, brutal. Os canhões, os soldados que nós lhe concedemos modificam de forma desvantajosa para nós a relação objetiva, material, das forças existentes. É o próprio Lassalle que declarava: a verdadeira Constituição de um país não consiste na Constituição escrita, mas na relação real das forças existentes. O resultado da política de compensação consiste, portanto, em sempre modificar a situação em nosso favor apenas no papel mas em mudar, na realidade objetiva, em favor dos nossos adversários; no fim das contas, em enfraquecer nossas posições enquanto reforçamos as de nossos adversários. Eu me pergunto se um homem que faz tal proposta deseja realmente a conquista do poder político. (...)

Em seguida vem a declaração de Conrad Schmidt, segundo o qual a anarquia capitalista poderá ser superada através da luta sindical. Se alguma coisa justifica a frase do programa referente à necessidade da conquista do poder político é precisamente a idéia de que, sobre o solo da sociedade capitalista, não crescerá nenhuma planta capaz de acabar com a anarquia capitalista. A cada dia aumenta a anarquia, os sofrimentos espantosos da classe operária, a insegurança da existência, a exploração, a diferença entre pobres e ricos. Pode-se dizer de um homem, que quer obter a solução por meios capitalistas, que ele considera como necessária a conquista do poder político pela classe operária? Consequentemente, aqui também, a indignação de Fendrich e Vollmar não se endereça a mim, mas a Conrad Schmidt. E, por fim, a declaração no *Neue Zeit*: "O objetivo final, qualquer que seja, não é nada para mim; o movimento é tudo". Quem diz isto não está também convencido da necessidade da conquista do poder político.

Vocês veem que um certo número de nossos camaradas não se colocam no campo do objetivo final de nosso movimento. E é por isso que é necessário dizê-lo claramente e sem equívoco. É hoje necessário mais que nunca. Os golpes da reação caem sobre nós duros como granizo. Nós devemos responder ao último discurso do imperador. Nós devemos declarar, de uma maneira clara e franca, como o velho Catão: "Eu penso que é preciso destruir este Estado." A conquista do poder político permanece nosso objetivo final e o objetivo final permanece "O objetivo final não é nada, o movimento é tudo." Não, ao contrário, o movimento enquanto tal, sem relação com o objetivo final, não é nada, o objetivo final é que é tudo! (Aplausos.)

MARXISMO E REFORMISMO

V. I. Lenin, 1913

Diferentemente, dos anarquistas, os marxistas admitem as lutas por reformas, ou seja, por melhorias na situação dos trabalhadores que não atacam o poder, deixando-o, como estava, nas mãos da classe dominante. Mas, ao mesmo tempo, os marxistas combatem com a maior energia os reformistas, que limitam, direta ou indiretamente, os objetivos e a atividade da classe operária às reformas. (...)

"*Não somos reformistas*" – escreviam os liquidadores de São Petersburgo – "*porque não dissemos que as reformas são tudo e que o objetivo final é nada*⁵⁰; *dissemos: movimento em direção ao objetivo final; dissemos: através da luta por reformas, rumo à realização plena das tarefas colocadas*".

Vejamos se esta defesa corresponde à verdade.

⁵⁰ Fórmula clássica do reformismo, proposta por Eduard Bernstein no final do século 19.

Fato primeiro. Resumindo as afirmações de todos os liquidadores, o liquidador Sedov escreveu que duas das "três baleias"⁵¹ dos marxistas não servem hoje para a agitação. Ele deixou [no programa] a jornada de oito horas, que, teoricamente, é factível como reforma e suprimiu precisamente tudo o que não cabe no marco das reformas. Por conseguinte, incorreu no oportunismo mais evidente, preconizando nem mais nem menos que a política expressada pela fórmula de que o objetivo final é nada. Isso é justamente reformismo, já que o "objetivo final" (ainda que seja apenas com relação à democracia) se afasta para bem longe da agitação.

Fato segundo: a conferência de agosto (do ano passado) dos liquidadores também adia – reservando-as para um caso especial – as reivindicações não reformistas, em vez de colocá-las em primeiro plano, no próprio centro da agitação.

Fato terceiro. Ao negarem "o velho", querendo desfazer-se dele, os liquidadores se limitam ao reformismo. Nas atuais circunstâncias é evidente a conexão entre o reformismo e a renúncia ao "velho".

Fato quarto. O movimento econômico dos operários provoca a ira dos liquidadores ("perdem as estribeiras", "não fazem outra coisa além de ameaçar" etc. etc.), toda vez que se vincula com consignas que vão além do reformismo.

Afinal, o que vemos? Nas palavras, os liquidadores rejeitam o reformismo como tal, mas de fato o aplicam em toda a linha. Por um lado, nos garantem que para eles as reformas não são tudo; mas, por outro lado, sempre que os marxistas vão, na prática, além do reformismo, recebem os ataques ou o desprezo dos liquidadores.

Certamente, o que ocorre em todos os terrenos do movimento operário nos mostra que os marxistas, longe de ficarem na retaguarda, estão sempre à frente quando se trata da utilização prática das reformas e da luta por reformas. Tomemos as eleições à Duma pela cúria operária⁵² (os discursos pronunciados pelos deputados dentro e fora da Duma, a organização de jornais operários, o aproveitamento da reforma dos seguros, o sindicato metalúrgico, um dos mais importantes etc.) e veremos conseqüentemente um predomínio dos operários marxistas sobre os liquidadores na esfera do trabalho direto, imediato e "cotidiano" de agitação, organização e luta pelas reformas e sua utilização.

Os marxistas realizam um trabalho constante, sem perder uma única "possibilidade" de conseguir reformas e de utilizá-las, sem censurar (ao contrário, apoiando e desenvolvendo com toda a boa vontade qualquer atividade que vá além do reformismo, tanto na propaganda, quanto na agitação, nas ações econômicas de massas etc. Enquanto isso, os liquidadores, que abandonaram o marxismo – com seus ataques à própria existência de um marxismo monolítico, com sua destruição da disciplina marxista e com sua pregação reformista e em defesa de uma política operária liberal – não fazem mais que desorganizar o movimento operário. (...)

O IMPERIALISMO E A RUPTURA DO SOCIALISMO

V. I. Lenin, 1916

Há alguma conexão entre o imperialismo e a monstruosa e nauseante vitória do oportunismo (na forma de social-chauvinismo) que tomou conta do movimento operário na Europa? Esta é uma questão fundamental do moderno socialismo. (...) Nós podemos e devemos proceder a uma análise desta questão fundamental.

Nós temos que começar com uma definição tão precisa e completa quanto possível do que entendemos por imperialismo. Imperialismo é um estágio específico do capitalismo. Esta etapa é tripla: o imperialismo é capitalismo monopólico [monopolista]; parasitário ou capitalismo em putrefação; é o capitalismo moribundo. A substituição da livre competição pelo monopólio é um atributo econômico fundamental, é a essência do imperialismo. O monopólio se manifesta em cinco formas:

1) Cartéis, sindicatos ou trustes – a concentração de produção alcança um grau que dá origem a estas associações monopolísticas de capitalistas;

2) A posição monopólica dos grandes bancos – três, quatro ou cinco gigantes no sistema bancário manipulam toda a vida econômica da América, França e Alemanha;

3) Captura de fontes de matérias-primas pelos trustes e a oligarquia financeira (capital financeiro é capital industrial monopólico fundido [unificado] com capital bancário);

⁵¹ "Três baleias": pilares, bases fundamentais. Segundo as lendas de vários povos europeus, o mundo era uma superfície plana equilibrada sobre o dorso de três baleias que nadavam em um oceano infinito.

⁵² Diferente dos parlamentos modernos, que são representativos de toda a população, sem qualquer distinção social, a Duma era uma câmara semi-estamental, onde cada classe social elegia, por um processo especial e em separado, um número determinado de deputados. Este mecanismo será melhor esclarecido quando debatermos a experiência bolchevique com as eleições burguesas.

4) A partilha (econômica) do mundo por cartéis internacionais já começou. Há mais de uma centena de cartéis internacionais que comandam o mercado mundial em sua totalidade e o dividem "amigavelmente" entre eles – até que a guerra o repartilhe. A exportação de capital, uma forma distinta de exportação de mercadorias sob o capitalismo não-monopólico, é um fenômeno altamente característico e está claramente ligado com a repartição político-territorial e econômica do mundo;

5) A partilha territorial do mundo (em colônias) foi completada.

Imperialismo é a mais alta etapa do capitalismo na América e na Europa e, posteriormente na Ásia, que tomou forma no período entre 1898-1914. A Guerra Hispânico-Americana⁵³ (1898), a Guerra Anglo-Boer⁵⁴ (1899-1902), a Guerra Russo-Japonesa⁵⁵ (1904-1905) e a crise econômica europeia em 1900 são marcos histórico centrais de uma nova era da história mundial.

O fato que o imperialismo é parasitário e um capitalismo decrépito manifesta-se, acima de tudo, em sua tendência à putrefação, que é uma característica de todo monopólio sob o sistema privado de propriedade dos meios de produção. A diferença entre o imperialismo republicano-democrático e o imperialismo reacionário-monárquico burguês é demolida precisamente em razão de que ambos estão se decompondo vivos (o que, de forma alguma interrompe o extraordinariamente rápido desenvolvimento do capitalismo em setores individuais da indústria, em países em separado e períodos específicos). Em segundo lugar, o apodrecimento do capitalismo se manifesta com a criação de um enorme estrato daqueles que vivem de renda, capitalistas que vivem de "bônus". Em cada um dos quatro chefes imperialistas – Inglaterra, EUA, França e Alemanha – o capital em bancos se acumula em 100.000 ou 150.000 milhões de francos, do qual cada país deriva uma renda anual de não menos que 5 ou 8 mil milhões. Em terceiro, a exportação de capital é parasitismo em alto nível, já que "o capital financeiro luta por dominação, não por liberdade". A reação política ao longo dessa linha é uma característica deste imperialismo. Corrupção, subornos em larga escala e todos os tipos de fraudes. Quinto, a exploração das nações oprimidas – que é inseparavelmente conectada com mais anexações – e, especialmente, a exploração das colônias pelas mãos das "Grandes" Potências, aumentando a transformação do mundo "civilizado" em um parasita nos corpos de centenas de milhões de habitantes das nações não-civilizadas. (...) Uma camada superior privilegiada do proletariado nos países imperialistas vive parcialmente à custa de centenas de milhões de pessoas das nações não-civilizadas.

(...) O proletariado é filho do capitalismo – do capitalismo mundial, e não apenas do capitalismo europeu ou do capitalismo imperialista. (...)

Nem Marx nem Engels viveram para testemunhar a época imperialista do capitalismo mundial, que começou não antes de 1898-1900. Mas é uma coisa peculiar que na Inglaterra, ainda na metade do século 19, já se manifestavam duas tendências principais do imperialismo: 1. Vastas colônias, e; 2. Lucro monopólico (devido à posição da Inglaterra de monopolista em relação ao mercado mundial). Em ambos os pontos, a Inglaterra era uma exceção, e isso estava clara e definitivamente conectado com a vitória do oportunismo no movimento dos trabalhadores ingleses.

Em uma carta para Marx, datada de 7 de outubro de 1858, Engels escreveu: "*O proletariado inglês é atualmente mais e mais burguês. Então, a mais burguesa das nações está aparentemente criando, em última instância, uma aristocracia burguesa e um proletariado burguês lado a lado com a burguesia. Para uma nação que explora o mundo inteiro, isto é de certo modo justificável.*"

Em uma carta para Sorge, datada de 21 de setembro de 1872, Engels informa que Hales expulsou uma grande corrente do Conselho Geral da Internacional e aprovou uma moção de censura contra Marx porque este havia dito que "os líderes operários ingleses se venderam". (...)

Em carta para Marx, de 11 de agosto de 1881, Engels fala sobre "*aqueles piores sindicatos ingleses que se permitem serem liderados por homens vendidos ou, ao menos, pagos pela burguesia*".

Em carta para Kautsky, de 12 de setembro de 1882, Engels escreveu: "*Você me perguntou o que os trabalhadores ingleses pensam sobre a política colonial. Bem, exatamente o mesmo que pensam sobre política em geral. Não existem partidos dos trabalhadores aqui, apenas Conservadores e Radicais-Liberais, e trabalhadores que, felizes, compartilham festivamente o monopólio inglês sobre o mercado mundial e as suas colônias.*"

⁵³ Conflito entre Estados Unidos e Espanha ocorrido no Caribe e Oceano Pacífico em torno à independência de Cuba, Porto Rico e Filipinas do controle espanhol. Terminou com a derrota da Espanha em todo o fronte e o estabelecimento de um protetorado norte-americano sobre esses territórios. Também conduziu ao colapso definitivo do Imperio Espanhol.

⁵⁴ Conflito entre a Inglaterra e a população boer (descendentes de imigrantes dos países baixos – Holanda – que ocupavam a atual região da África do Sul no início do século 20). Terminou com a incorporação deste território ao domínio britânico.

⁵⁵ Conflito entre a Rússia e o Japão em torno aos territórios da península da Coreia e da Manchúria. Terminou com a vitória japonesa.

Em 7 de dezembro de 1889, Engels escreveu para Sorge: "*A mais repulsiva coisa aqui [Inglaterra] é a 'respeitabilidade' da burguesia, que cresceu e se aprofundou nos ossos dos trabalhadores. (...) Mesmo Tom Mann⁵⁶, que eu tinha como o melhor entre eles, costuma mencionar que às vezes almoça com o Senhor Prefeito.*" (...)

Em 4 de março de 1891 escreveu no artigo "O colapso do Sindicato de Trabalhadores das Docas": "*os antigos e conservadores sindicatos, ricos e além de tudo covardes, ficaram sós no campo de batalha*". Em 14 de setembro de 1891 escreveu sobre o Congresso de Sindicatos e Sindicalistas de Newcastle: "*Os antigos sindicalistas, inimigos da jornada de oito horas por dia, foram derrotados e relatórios burgueses reconhecem a derrota do partido dos trabalhadores burgueses.*"

Estas idéias que foram repetidas por Engels ao longo de décadas, eram ditas por ele abertamente, ao público e para a imprensa, e isto fica provado no seu prefácio à segunda edição da *Situação da Classe Operária na Inglaterra*, de 1892. Lá, ele diz que "*há uma aristocracia entre os trabalhadores*", "*uma minoria privilegiada de trabalhadores*" em contradição com as "*grandes massas de povos trabalhadores*". "*Uma pequena, privilegiada e protegida minoria*" da classe trabalhadora, sozinha, é "*permanentemente beneficiada*" pela posição privilegiada da Inglaterra em 1848-1868, enquanto a "*grande maioria experimenta uma melhoria temporária*" e que "*com a quebra do monopólio [industrial inglês], a classe trabalhadora inglesa perderá sua posição de privilégio*".

Os membros dos "novos" sindicatos, das associações dos trabalhadores sem especialização, "*foram tomados por (...) preconceitos burgueses que obstruem os cérebros dos melhores 'velhos' sindicalistas*"... "*os assim chamados representantes dos trabalhadores na Inglaterra são pessoas que esqueceram que são membros da classe trabalhadora, que gostariam de afundar sua qualidade de serem trabalhadores no oceano do liberalismo.*"

Nós citamos deliberadamente os pronunciamentos diretos de Marx e Engels na tentativa de exemplificar melhor e na esperança de que o leitor possa estudá-los como um todo. E eles devem ser estudados e cuidadosamente avaliados. A história mostra a origem das táticas que são ditadas pelas condições objetivas da era imperialista.

(...) Por que o monopólio inglês explica a (temporária) vitória do oportunismo na Inglaterra? Por que o monopólio possibilita super-lucros, isto é, um valor adicional no volume de lucros sobre os lucros que são normais e costumeiros por todo o mundo capitalista. Os capitalistas podem entregar uma parte (e não uma pequena parcela desta) destes super-lucros para subornar seus próprios trabalhadores, para criar algo como uma aliança (...) entre os trabalhadores de uma dada nação e os seus capitalistas contra os outros países.

(...) A exploração de todos os países por um país privilegiado, um país financeiramente rico permanece e se tornou mais intensa. Um pequeno grupo de países abastados – há apenas quatro deles, se nós nos referirmos aos verdadeiramente gigantes, independentes e modernos: Inglaterra, França, Estados Unidos da América e Alemanha – já desenvolveu um monopólio de vastas proporções, eles obtêm super-lucros administrando centenas, se não milhares de milhões, de pessoas mantidas no atraso e lutam entre si pela divisão dos particularmente ricos, opulentos e fáceis espólios. Esta é, de fato, a essência político-econômica do imperialismo. (...)

A burguesia das grandes potências imperialistas pode economicamente subornar, comprando os altos estratos de seus trabalhadores, gastando com isto centenas de milhões de francos por ano dos seus super-lucros. (...)

Entre 1848 e 1868, e em certa medida, até mesmo posteriormente, apenas a Inglaterra aproveitou-se de monopólios: esta é a razão pela qual o oportunismo prevaleceu ali por décadas. Nenhum outro país possuía monopólio industrial ou ricas colônias.

No último terço do século 19, vimos uma transição para uma era imperialista. O capital financeiro não de um, mas de muitos, embora ainda restritos, grandes países passou a atuar como monopólio. (...) Este fato explica a razão do monopólio inglês ter tido a possibilidade de permanecer intocado por décadas. O monopólio do moderno capital financeiro está sendo freneticamente desafiado; a era das guerras imperialistas começou. Era possível naqueles dias subornar e corromper a classe trabalhadora de um país por décadas. Isto é agora improvável, talvez até impossível. Mas cada potência imperialista pode e deve subornar pequenos setores de sua aristocracia operária (como fez a Inglaterra entre 1848-1868). Anteriormente, o "partido dos trabalhadores burgueses", para usar a marcante e profunda definição de Engels, pôde surgir apenas em um país que se utilizava de privilégios monopólicos, e podia fazê-lo por muito tempo. Agora, um "partido dos trabalhadores burgueses" é inevitável e típico em todos os países imperialistas. (...)

⁵⁶ Sindicalista inglês de inclinação anarquista.

Há ainda uma tendência da burguesia e dos oportunistas em converter uma parte das nações privilegiadas em parasitas "eternos" no corpo de toda a humanidade, para descansar sobre os louros da exploração de africanos, indianos etc., mantendo estes últimos em sujeição com a ajuda das excelentes armas de extermínio fornecidas pelo militarismo moderno. Por outro lado, há uma tendência das massas, cada vez mais e mais oprimidas, de levantar-se contra as guerras imperialistas, para eliminar o jugo da opressão e derrubar a burguesia. É na luta entre essas duas tendências que a história do movimento operário irá agora inevitavelmente se desenvolver. (...) Em todos os países, a burguesia dá origem a "partidos de trabalhadores burgueses", adeptos do social-chauvinismo. (...)

Sobre a base econômica já citada, as instituições políticas do capitalismo moderno – imprensa, parlamento, associações, congresso etc. – têm criado privilégios políticos e feito concessões para obter o respeito e a submissão dos burocratas e trabalhadores reformistas e patrióticos, oferecendo privilégios econômicos e mais suborno. São empregos leves e lucrativos no governo ou nos comitês da indústria da guerra, em equipes editoriais respeitáveis, legalmente estabelecidas, em jornais ou na administração pública nos não menos respeitáveis "sindicatos respeitadores da lei burguesa" – estas são as formas com as quais a burguesia imperialista atrai e recompensa os representantes e apoiadores dos "partidos dos trabalhadores burgueses".

A democracia política vai na mesma direção. Nada em nosso tempo pode ser realizado sem eleições; nada pode ser feito sem as massas. E nesta era de imprensa e parlamentarismo, é impossível ganhar as massas sem uma sistemática administração amplamente ramificada e um bem equipado sistema de adulação, mentiras, fraudes, negociatas e modernos slogans que prometem reformas e benfeitorias aos trabalhadores à direita e à esquerda – desde que eles renunciem à luta revolucionária para derrotar a burguesia. Eu poderia chamar este sistema de Lloyd-Georgismo, em honra ao ministro inglês Lloyd George, um dos mais hábeis representantes deste sistema na terra clássica do "partido dos trabalhadores burgueses". Um manipulador burguês de primeira classe, um político astuto, orador popular, capaz de fazer todo tipo de discurso, de falas revolucionárias para uma audiência de trabalhadores e até mesmo de obter moderadas concessões para os dóceis trabalhadores na forma de reformas (seguridade social etc.). Lloyd George serve à burguesia esplendidamente, e serve precisamente entre os trabalhadores, influenciando o proletariado, onde a burguesia precisa e onde é mais difícil subjugar moralmente as massas.

E há grandes diferenças entre Lloyd George e os Scheidemanns, Legiens, Hendersons e Hyndmans, Plekhanovs, Renaudels e outros? Sobre os últimos, alguém poderia dizer eles irão retornar ao socialismo revolucionário de Marx. Isto é possível, mas não faz tanta diferença se a questão for observada do aspecto político, isto é, das massas. Certos indivíduos entre os atuais líderes social-chauvinistas podem retornar ao proletariado. Mas o social-chauvinismo e (o que é a mesma coisa) o oportunismo tendem a não desaparecer e a não "retornar" ao proletariado revolucionário. Nos lugares onde o marxismo é popular entre trabalhadores, a tendência política destes trabalhadores aburguesados é jurar em nome de Marx. Eles não podem ser proibidos de fazer isso, assim como uma empresa não pode ser proibida de divulgar uma marca, símbolo ou propaganda em particular. É sempre uma tendência na história que após a morte de um líder revolucionário que era popular entre as classes oprimidas, seus inimigos tentem se apropriar de seu nome para iludir estes grupos.

O fato de que um "partido dos trabalhadores burgueses", como fenômeno político, já foi formado em todos os países capitalistas significa que não pode haver luta contra o imperialismo, ou pelo marxismo, ou pelo movimento operário socialista, a menos que uma luta incansável e determinada seja empreendida contra estes partidos – ou grupos, tendências, que são sempre a mesma coisa. (...) Não há a menor razão para pensar que estes partidos desaparecerão antes da revolução social. Ao contrário, com a aproximação da revolução, mais e mais fortes eles brilharão, e quanto mais súbitas e violentas forem as transições e saltos de progresso, maior será a luta da torrente da massa revolucionária contra o papel que o oportunismo pequeno-burguês irá desempenhar no movimento operário. O kautskismo não é uma tendência independente, pois não possui raízes nem nas massas, nem nos setores mais privilegiados que desertaram da burguesia⁵⁷. Mas o perigo dessa corrente reside no fato de que, utilizando a ideologia do passado, esforça-se para reconciliar o proletariado com "o partidos dos trabalhadores aburguesados" com a desculpa de preservar a unidade do proletariado com aquele partido, aumentando o prestígio destes oportunistas. As massas não seguem mais as indicações dos social-chauvinistas: Lloyd George foi ridicularizado nas reuniões dos trabalhadores na Inglaterra. Hyndman deixou o partido. Renaudel e Scheidemann, Potresov e Gvozdirov são protegidos pela polícia. Os kautskistas e sua defesa mascarada dos social-chauvinistas são ainda mais perigosos.

⁵⁷ Refere-se à natureza centrista da corrente inspirada por Kautsky.

Um dos mais comuns sofismas do kautskismo é sua referência às "massas". Nós não queremos, dizem eles, dividir as massas e as organizações de massas! Mas pense como Engels coloca esta questão. No século 19, as "organizações de massas" dos sindicatos ingleses estavam ao lado da burguesia e os trabalhadores estavam alinhados a esta. Marx e Engels não aceitaram esse fato e os denunciaram! Eles não esqueceram, primeiramente, que as organizações sindicais abarcam diretamente uma minoria do proletariado. Na Inglaterra e depois na Alemanha, agora, não mais que um quinto do proletariado está organizado. Ninguém pode seriamente pensar que é possível organizar a maioria do proletariado sob o capitalismo. Em segundo lugar, e este é o ponto principal, não é tanto uma questão de tamanho de uma organização, mas o real significado objetivo de suas práticas: suas políticas representam as massas, servindo-as, isto é, tem por objetivo a sua libertação do capitalismo, ou, ao contrário, representam os interesses de uma minoria, a reconciliação da minoria com o capitalismo? O último era verdade na Inglaterra do século 19 e é verdade na Alemanha agora. Engels soube diferenciar os partidos de trabalhadores que servem à burguesia e aos velhos sindicatos (uma minoria de privilegiados) e a "baixa massa", a real maioria que ainda não foi infectada pela "respeitabilidade burguesa". Esta é a essência da tática marxista.

Nem nós, nem ninguém pode calcular precisamente a porção do proletariado que está seguindo e irá seguir, no futuro, os social-chauvinistas e oportunistas. Isto será revelado apenas na luta, e será definitivamente decidido apenas pela revolução socialista.

Mas nós sabemos com certeza que os "defensores da pátria" na guerra imperialista representam apenas uma minoria. E é nosso dever, se nós queremos nos manter enquanto socialistas, penetrar as verdadeiras massas; este é o significado e o objetivo da luta contra o oportunismo. Expondo o fato de que os oportunistas e social-chauvinistas estão, na realidade, traindo e vendendo os interesses das massas, que eles estão defendendo privilégios temporários de uma minoria de trabalhadores, que são veículos das idéias e influências burguesas, que são na realidade aliados e agentes da burguesia, nós ensinaremos as massas a distinguir os diferentes interesses políticos, a lutar pelo socialismo e pela revolução através das longas e dolorosas vicissitudes da guerra e da paz imperialista.

A verdadeira política marxista no movimento operário mundial é explicar para as massas a inevitabilidade e necessidade de romper com o oportunismo, de educá-las para a revolução empregando uma luta sem tréguas contra o oportunismo, utilizando a experiência da guerra para expor (não acobertar) a completa e depravada política dos trabalhadores nacional-liberais.

O QUE É O CENTRISMO?

Leon Trotski, 1930

É radicalmente errado pensar que o "centrismo" é uma definição geométrica ou topográfica, como no parlamento. Para um marxista, os conceitos políticos não se definem por suas características formais, mas sim por seu conteúdo de classes, focado desde um ponto de vista ideológico e metodológico. As três tendências do movimento operário contemporâneo – *reformismo*, *comunismo* e *centrismo* – derivam inexoravelmente da situação objetiva do proletariado sob o regime imperialista da burguesia.

O *reformismo* é a corrente surgida dos extratos superiores e privilegiados do proletariado, que reflete os interesses desses extratos. Especialmente em alguns países, aristocracia e a burocracia operárias conformam uma camada muito importante e poderosa com uma mentalidade que na maioria dos casos é pequeno-burguesa, em virtude de suas condições de existência e formas de pensar; porém, devem se adaptar ao proletariado, sobre cujas costas se elevam. Os mais elevados destes elementos chegam ao poder e bem-estar supremos, pelos canais parlamentares burgueses.

(...) A etapa imperialista da evolução, que agrava constantemente as contradições, frequentemente obriga a burguesia a transformar os principais grupos reformistas em verdadeiros ativistas de seus monopólios e manobras governamentais. Esta é a característica do novo – e muito maior – grau de dependência dos reformistas diante da burguesia imperialista e que dá um signo muito mais particular à sua psicologia e à sua política, tornando-os aptos para tomar diretamente o timão dos assuntos do Estado burgueses.

A esta camada superior de "reformistas" é a quem menos se aplica a frase "não têm nada a perder, a não ser suas correntes". Ao contrário: para todos estes primeiros-ministros, ministros, prefeitos, deputados e líderes

sindicais, a revolução significaria a expropriação de suas posições privilegiadas. Estes guardiões do capital não protegem unicamente a propriedade em geral, mas principalmente sua propriedade. São os inimigos encarniçados da revolução de liberação do proletariado.

Contra o reformismo, uma *política revolucionária e proletária* (comunista marxista) traz em si, para nós, um sistema de luta ideológica e metodológica que aponta primeiro para a derrubada revolucionária do Estado burguês com o método de unir o proletariado sob o signo da ditadura e reorganizar depois a sociedade de maneira socialista.

Somente minoria mais avançada – o setor mais consciente e audaz da classe operária – pode tomar a iniciativa do cumprimento desta tarefa, minoria que – baseando-se num programa claramente definido e cientificamente elaborado, possuidora de uma grande experiência de luta operária – concentra em torno de si uma maioria sempre crescente do proletariado com a perspectiva de fazer a revolução socialista. Enquanto durar o capitalismo, que impõe idéias perniciosas ao proletariado, não se pode esperar que desapareçam as diferenças entre o partido – produto da seleção ideológica – e a classe – produto automático do processo de produção. Apenas depois da vitória do proletariado – caracterizada por um autêntico renascimento econômico e cultural das massas, isto é, pelo processo de liquidação das classes – o partido poderá dissolver-se pouco a pouco nas massas trabalhadoras até que, tal qual o Estado, desaparecerá. Somente os charlatões ou os chefetes de seitas estereis podem falar de revolução proletária e, por sua vez, negar o papel da vanguarda comunista.

Assim, as duas correntes fundamentais da classe operária mundial são o social-imperialismo, por um lado, e o comunismo revolucionário, por outro. Entre estes dois pólos há uma série de correntes e agrupações de transição que mudam constantemente de roupa e se encontram sempre em estado de transformação e oscilação: às vezes oscilam do reformismo ao comunismo, outras do comunismo ao reformismo. Estas correntes centristas não têm, e sua natureza não lhes permite ter, uma base social bem definida. Enquanto o comunismo é o porta-voz da classe operária e o reformismo representa os interesses da cúpula privilegiada da mesma, o centrismo reflete o processo transicional no interior do proletariado, as distintas ondas dentro de suas distintas camadas e as dificuldades que estorvam o avanço a posições revolucionárias definitivas.

Justamente por isso as organizações centristas de massas jamais são estáveis nem viáveis.

É certo que sempre haverá na classe operária uma camada de centristas crônicos, que não querem seguir com o reformismo até as últimas consequências mas que são organicamente incapazes de se converter em revolucionários. (...) Por sua parte, as massas jamais permanecem muito tempo nesta etapa transicional: unem-se conjunturalmente aos centristas e logo avançam para unir-se aos comunistas ou voltam aos reformistas, a não ser que caiam, por um tempo, na indiferença.

Foi assim como a ala esquerda do Partido Socialista francês se converteu num partido comunista, abandonando seus dirigentes centristas no caminho. O Partido Social-democrata Independente da Alemanha, de outra parte, desapareceu e seus militantes foram todos para o comunismo ou a social-democracia.

Da mesma maneira, a Internacional "Dois e Meio" desapareceu da face da terra⁵⁸.

Pode-se observar o mesmo fenômeno no terreno do sindicalismo: a "independência" centrista dos sindicatos britânicos que se filiaram a Amsterdam⁵⁹ se transformou no amsterdamismo mais "amarelo" (pelego) com a política traidora do momento da greve geral.

Porém, o desaparecimento das organizações que citamos, a modo de exemplo, não significa, de modo algum, que o centrismo tenha dito sua última palavra, como afirma a burocracia comunista, cuja própria ideologia é muito parecida com a do centrismo. Certas organizações ou correntes de massas bem definidas ficaram reduzidas a nada, no imediato pós-guerra, quando a mobilização operária européia caiu em refluxo. O agravamento atual da crise mundial e a inquestionável radicalização das massas provocarão inexoravelmente o surgimento de novas tendências centristas no interior da social-democracia, dos sindicatos e das massas não organizadas. (...)

Já demonstramos que o centrismo sempre muda de posição: oscila à esquerda e ao comunismo, ou à direita e ao reformismo. (...) Quando oscila à esquerda e afasta as massas do reformismo, o centrismo cumpre uma função progressiva; não falta dizer que isso não nos impedirá, chegado o caso, de continuar denunciando a hipocrisia do centrismo (...). Quando, por outra parte, o centrismo trata de distanciar os operários dos objetivos comunistas para facilitar – sob a máscara da autonomia – sua evolução ao reformismo, cumpre uma tarefa que já não é progressiva e sim reacionária. (...)

⁵⁸ Internacional Dois e Meio (Associação Internacional de Partidos Socialistas): fundada em fevereiro de 1921 por partidos e grupos centristas que haviam rompido com a Segunda Internacional sob a pressão das massas revolucionárias. Se bem que seus dirigentes criticassem a Segunda Internacional, sua política não era essencialmente distinta, e em 1923 se reunificaram.

⁵⁹ Refere-se à Federação Operária Internacional ("amarela"), de cunho reformista.

O CENTRISMO E A QUARTA INTERNACIONAL

Leon Trotski, 1934

1. Os acontecimentos da Áustria, que se seguiram aos da Alemanha, terminaram de colocar uma lápide sobre o reformismo "clássico". De agora em diante, somente os dirigentes mais tontos do sindicalismo britânico e norte-americano e seu seguidor francês Jouhaux, o presidente da Segunda Internacional, Vandervelde, e outros dinossauros políticos, ousariam falar abertamente de desenvolvimento pacífico, das reformas democráticas etc. Agora, a grande maioria dos reformistas, conscientemente, muda de cor. O reformismo se adapta aos inumeráveis matizes do centrismo que predominam no movimento operário de todos países. Cria-se assim, uma situação totalmente nova, em certo sentido sem precedentes, para o trabalho do marxismo revolucionário (bolchevismo). A nova internacional poderá avançar fundamentalmente às custas das tendências e organizações hoje predominantes. Ao mesmo tempo, a internacional revolucionária não pode se formar de outra maneira do que através da constante luta contra o centrismo. Nestas condições, a intransigência ideológica e uma política flexível de frente única são os dois instrumentos para conseguir o mesmo objetivo.

2. Antes de qualquer coisa, deve-se compreender os traços mais característicos do centrismo moderno. Não é fácil; primeiro, porque devido a sua ambiguidade orgânica, o centrismo adequa-se com dificuldade a uma definição positiva; caracteriza-se mais pelo que lhe falta do que pelo que tem. Segundo, nunca o centrismo jogou, em tal medida, com todas as cores do arco-íris, porque a classe operária nunca esteve em um estado de *efervescência* como no momento atual. Pela própria essência do termo, *efervescência* política significa se realinhar, oscilar entre dois pólos: *o marxismo e o reformismo*, quer dizer, atravessar as diferentes etapas do centrismo.

3. Por mais difícil que seja dar uma definição geral do centrismo, que necessariamente será sempre de caráter "conjuntural", podemos e devemos assinalar as características e peculiaridades mais chamativas dos grupos centristas que nasceram do naufrágio das Segunda e Terceira Internacionais.

a) No terreno da teoria o centrismo é amorfo e eclético; na medida do possível foge das obrigações teóricas e tende (no discurso) a privilegiar a "prática revolucionária" sobre a teoria, sem compreender que somente a teoria marxista pode dar uma orientação revolucionária à prática.

b) No terreno da ideologia o centrismo arrasta uma existência parasitária. Utiliza contra os marxistas revolucionários os velhos argumentos mencheviques (Martov, Axelrod, Plekhanov), geralmente sem sequer o suspeitar. Por outro lado, toma emprestado dos marxistas, fundamentalmente dos bolcheviques leninistas, seus argumentos principais contra a direita, mas ao suavizar os aspectos mais agudos da crítica e evitar tirar conclusões práticas, retira todo significado a suas posições.

c) O centrismo está muito disposto a proclamar sua hostilidade ao reformismo, mas nunca menciona o centrismo. Além disso, considera que a própria definição de centrismo é "pouco clara", "arbitrária" etc; em outras palavras, o centrismo não gosta que o chamem pelo seu próprio nome.

d) O centrista, sempre inseguro de sua posição e seus métodos, odeia o princípio revolucionário que afirma *dizer as coisas tal como elas são*. Tende a substituir a política principista pelas manobras pessoais e pela pequena diplomacia entre as organizações.

e) O centrista sempre depende espiritualmente dos grupos de direita e inclina-se a se submeter aos mais moderados, a se calar sobre seus erros oportunistas e ocultar suas ações perante os trabalhadores.

f) O centrista frequentemente dissimula suas oscilações falando do perigo do "sectarismo", que para ele não consiste na passividade propagandista abstrata ao estilo bordiguista, mas ao contrário, na pureza dos princípios, na clareza das posições, na coerência política e na perfeição organizativa.

g) A posição do centrista entre o oportunista e o marxista é análoga, em certo sentido, à do pequeno burguês entre o capitalista e o proletário: humilha-se perante o primeiro e despreza o segundo.

h) No plano internacional o centrista se caracteriza, se não pela cegueira ao menos por seu pouco alcance de visão. Não compreende que na época atual somente é possível construir um partido revolucionário nacional como parte de um partido internacional. Ao eleger seus aliados internacionais é ainda menos cuidadoso que em seu próprio país.

i) Na política da Comintern o centrista vê somente os desvios "ultra-esquerdistas", o aventureirismo e o putschismo, ignorando completamente os zig-zags oportunistas de direita (Kuomintang, Comitê Anglo-Russo, política exterior pacifista, bloco antifascista etc).

j) O centrista está pronto para rapidamente aderir à política de frente única, mas a esvazia de todo conteúdo revolucionário transformando-na de um método tático em um princípio supremo.

k) O centrista vale-se do moralismo patético para ocultar sua nulidade ideológica; não compreende que a moral revolucionária é forjada unicamente em base a uma doutrina e uma política revolucionárias.

Sob a pressão das circunstâncias, o centrista eclético pode chegar a aceitar as conclusões mais extremas, somente para se realocar na prática. Aceitada a ditadura do proletariado, deixará uma ampla margem para interpretá-la de maneira oportunista; proclamada a necessidade da Quarta Internacional, trabalhará pela construção de uma Internacional Dois e Meia etc.

(...) 8. Para um marxista revolucionário, neste momento, a luta contra o centrismo substituiu quase completamente a luta contra o reformismo. Na maioria dos casos, resulta inútil a simples contraposição da luta legal com a ilegal, dos meios pacíficos com a violência, da democracia com a ditadura. Agora, o aterrorizado reformista, desautorizando a si mesmo, está disposto a aceitar as fórmulas mais "revolucionárias", sempre que não o obriguem a romper com sua indefinição, sua indecisão e sua passividade de esperar. Portanto, a luta contra os oportunistas ocultos ou mascarados, deve ser levada a cabo totalmente no terreno *das conclusões práticas que derivam das condições revolucionárias*.

Antes de aceitar o palavreado centrista sobre a "ditadura do proletariado", temos que exigir a defesa séria contra o fascismo, a ruptura total com a burguesia, a construção sistemática de milícias operárias, seu treinamento em um espírito militante, a criação de centros de defesa interpartidários que sejam quartéis antifascistas, que eliminem de suas fileiras os parlamentares, sindicalistas e outros traidores, lacaios da burguesia e arrivistas. Precisamente neste plano deve ser levada a cabo a principal luta contra o centrismo. Para fazê-la com êxito deve-se ter as mãos livres, quer dizer, manter a mais completa independência organizativa e intransigência crítica às manifestações mais "esquerdistas" do centrismo.

9. Os bolcheviques leninistas de todos os países devem compreender claramente as peculiaridades desta nova etapa na luta pela Quarta Internacional. Os acontecimentos da Áustria e da França impulsionam poderosamente o realinhamento das forças do proletariado em uma direção revolucionária. Mas precisamente este fenômeno universal de substituição do reformismo aberto pelo centrismo, exerce uma poderosa atração sobre os grupos centristas de esquerda (SAP, OSP) que ainda ontem estavam dispostos a se unir com os bolcheviques leninistas. Este processo dialético pode produzir a impressão superficial de que o setor marxista está novamente "isolado" das massas. Flagrante erro! As oscilações do centrismo à direita e à esquerda são parte de sua própria natureza. Em nosso caminho ainda cruzaremos com dezenas e centenas de episódios como estes. Seria a pior das debilidades temer seguir adiante somente porque tropeçamos com obstáculos ou porque nem todos nossos camaradas de caminho nos acompanharam até o final. (...)

10. No ano passado nossa influência política aumentou em vários países. Com as seguintes condições poderemos desenvolver e ampliar estes êxitos em um prazo relativamente breve:

a) Não burlar o processo histórico, não esconder a verdade, mas dizer as coisas tal como são.

b) Analisar teoricamente as mudanças na situação geral, que na época atual, frequentemente são muito bruscas.

c) Avaliar cuidadosamente o estado de ânimo das massas, sem preconceitos, sem ilusões, sem auto-engano, e assim, baseando-se em uma apreciação correta das relações de força dentro do proletariado, evitar o oportunismo e o aventureirismo e impulsionar as massas adiante, não fazê-las retroceder.

d) Todos os dias, hora a hora, nos perguntar qual deve ser nosso próximo *passo prático*, prepará-lo infatigavelmente e, nos apoiando na experiência, explicar aos trabalhadores as diferenças de princípios entre o bolchevismo e todos os demais partidos e correntes.

e) Não confundir os objetivos táticos da frente única com o objetivo histórico fundamental, a criação de novos partidos e de uma nova internacional.

f) Não desprezar nem o aliado mais débil em função da atividade *prática*.

g) Analisar criticamente até o mais "esquerdista" dos aliados como um possível adversário.

h) Tratar com a maior atenção os grupos que realmente se inclinam a nós; escutar paciente e cuidadosamente suas críticas, dúvidas e vacilações; ajudá-los a avançar ao marxismo; não se assustar com seus caprichos, ameaças e ultimatos (os centristas são sempre caprichosos e suscetíveis); não lhes fazer nenhuma concessão de princípio.

i) E, mais uma vez, não ter medo de dizer as coisas tal como são.

O ESQUERDISMO, DOENÇA INFANTIL DO COMUNISMO V. I. Lenin, 1920

IV - Quais foram os inimigos que o bolchevismo enfrentou, dentro do movimento operário, para poder crescer, fortalecer-se e temperar-se?

Em primeiro lugar, e acima de tudo, na luta contra o oportunismo que, em 1914, transformou-se definitivamente em social-chauvinismo e se bandeou, de uma vez por todas, para o lado da burguesia, contra o proletariado. Esse era, naturalmente, o principal inimigo do bolchevismo dentro do movimento operário, e continua sendo, em escala mundial. O bolchevismo prestou e presta a esse inimigo a maior atenção. Esse aspecto da atividade dos bolcheviques já é muito bem conhecido no estrangeiro.

Quanto a outro inimigo do bolchevismo no movimento operário, a coisa já é bem diferente. Pouco se sabe, no estrangeiro, que o bolchevismo cresceu, formou-se e temperou-se, durante muitos anos, na luta contra o revolucionarismo pequeno-burguês, parecido com o anarquismo, ou que adquiriu dele alguma coisa, afastando-se, em tudo que é essencial, das condições e exigências de uma consequente luta de classes do proletariado. Para os marxistas está plenamente provado do ponto de vista teórico – e a experiência de todas as revoluções e movimentos revolucionários da Europa confirmam-no totalmente – que o pequeno proprietário, o pequeno patrão (tipo social muito difundido em vários países europeus e que tem caráter de massas), que, muitas vezes sofre sob o capitalismo uma pressão contínua e, amiúde, uma agravação terrivelmente brusca e rápida de suas precárias condições de vida, não sendo difícil arruinar-se, passa-se facilmente para uma posição ultra-revolucionária, mas é incapaz de manifestar serenidade, espírito de organização, disciplina e firmeza. O pequeno-burguês "enfurecido" pelos horrores do capitalismo é, como o anarquismo, um fenômeno social comum a todos os países capitalistas. São por demais conhecidas a inconstância e a esterilidade dessas veleidades revolucionárias, assim como a facilidade com que se transformam rapidamente em submissão, apatia, fantasias, e mesmo num entusiasmo "furioso" por essa ou aquela tendência burguesa "em moda". (...)

O anarquismo foi, muitas vezes, uma espécie de expiação dos pecados oportunistas do movimento operário. Essas duas anomalias completavam-se reciprocamente. Se o anarquismo exerceu na Rússia uma influência relativamente insignificante nas duas revoluções (1905 e 1917) e durante sua preparação, não obstante a população pequeno-burguesa ser aqui mais numerosa que nos países europeus, isso se deve, em parte, sem dúvida, ao bolchevismo, que sempre lutou impiedosa e inconciliavelmente contra o oportunismo. (...) Ao surgir em 1903, o bolchevismo herdou a tradição de luta implacável contra o revolucionarismo pequeno-burguês, semi-anarquista (ou capaz de "namorar" o anarquismo), tradição que sempre existira na social-democracia revolucionária e que se consolidou particularmente em nosso país em 1900/1903, quando foram assentadas as bases do partido de massas do proletariado revolucionário da Rússia. O bolchevismo fez sua e continuou a luta contra o partido que mais fielmente representava as tendências do revolucionarismo pequeno-burguês (isto é, o partido dos "socialistas revolucionários") em três pontos principais. Em primeiro lugar, esse partido, que repudiava o marxismo, obstinava-se em não querer compreender (talvez fosse mais justo dizer que não podia compreender) a necessidade de levar em conta, com estrita objetividade, as forças de classe e suas relações mútuas antes de empreender qualquer ação política. Em segundo lugar, esse partido via um sinal particular de seu "revolucionarismo" ou de seu "esquerdismo" no reconhecimento do terror individual, dos atentados, que nós, marxistas, rejeitávamos categoricamente. (...) Em terceiro lugar, ser "esquerdista" consistia, para os social-revolucionários, em rir dos pecados oportunistas, relativamente leves, da social-democracia alemã, ao mesmo tempo que imitavam os ultra-oportunistas desse mesmo partido, em questões como a agrária ou a da ditadura do proletariado.

Se dermos agora uma olhada num período histórico completamente encerrado, que vai da Comuna de Paris à primeira República Socialista Soviética, veremos delinear-se com relevo absolutamente definido e indiscutível a posição do marxismo diante do anarquismo. Afinal de contas, o marxismo demonstrou ter razão. E se os anarquistas assinalavam com justeza o caráter oportunista das concepções sobre o Estado que imperavam na maioria dos partidos socialistas, é preciso observar, em primeiro lugar, que esse caráter oportunista provinha de uma deformação – e até mesmo de uma ocultação consciente – das idéias de Marx a respeito do Estado (em meu livro *O Estado e a Revolução* registrei que [Kautsky] manteve no fundo de uma gaveta, durante 36 anos, de 1875 a 1911, a carta em que Engels denunciava com singular realce, vigor, franqueza e clareza o oportunismo das concepções social-democratas em voga sobre o Estado).